



## **Instituto Superior de Gestão**

Mestrado em Estratégia de Investimento e Internacionalização

# **O desafio do dinheiro móvel para Moçambique**

**Marta Raquel Ferreira Coelho**

Dissertação de Mestrado para Obtenção do Grau de  
Mestre em Estratégia de Investimento e  
Internacionalização

Orientador: Professor Doutor Rui Moreira de Carvalho  
Professor Associado do Instituto Superior de Gestão

Lisboa  
Junho 2023

“Quem caminha sozinho pode até chegar mais rápido,  
mas aquele que vai acompanhado, com certeza vai mais longe”.

Clarice Lispector

## RESUMO

A introdução de serviços de dinheiro móvel junto das comunidades dos países em desenvolvimento veio despoletar uma maior dinâmica nas transações financeiras. Ao longo deste trabalho, “O desafio do dinheiro móvel para Moçambique”, pretende-se analisar de que forma o dinheiro móvel tem vindo a ajustar as dinâmicas de consumo e poupança em Moçambique, criando benefícios para a comunidade.

O *Mobile Money* tem vindo a adquirir um importante papel em Moçambique enquanto instrumento de apoio à inclusão social e económica e ao desenvolvimento. Tornou-se num serviço financeiro bastante popular. Importa analisar as implicações mais relevantes e o impacto nas estruturas das plataformas digitais e conseqüentemente das moedas digitais a nível global, sem esquecer o enorme hiato que uma grande parte da população mundial, designadamente dos países menos favorecidos.

São várias as formas como o dinheiro móvel pode apoiar a monetarização da economia em regiões em que a ausência de moeda fiduciária (meio de troca, unidade de conta e loja de valor) obriga à troca direta sem oportunidade de desenvolver o mercado como instrumento de criação de valor.

Numa economia digital, em economias emergentes, o dinheiro digital ou o dinheiro móvel (possível em telefones analógicos), enriquece os canais de transmissão tradicionais da política monetária. A adoção do dinheiro móvel tende a mitigar os custos de transação na economia, proporcionando a criação e desenvolvimento dos mercados. A facilidade como são realizadas simples operações como depósitos, transferências, pagamentos e financiamentos torna-se num relevante instrumento de monetarização da economia.

A literatura sobre as estratégias de Base da Pirâmide (BoP) sublinha que a criação de valor social requer abordagens de parcerias. Os resultados sugerem que os tendem a ser distribuídos de modo equitativo pelas estruturas sociais suportadas nas famílias com estratégias de criação de valor social nas comunidades.

**Palavras-Chave:** Dinheiro Móvel, Desenvolvimento, Inclusão Financeira, Moçambique

## **ABSTRACT**

The introduction of mobile money services to communities in developing countries has triggered a greater dynamic in financial transactions. Throughout this thesis, “The challenge of mobile money for Mozambique”, we intend to analyze how mobile money has been adjusting the dynamics of consumption and savings in Mozambique, creating benefits for the community.

Mobile money has acquired an important role in Mozambique as an instrument to support social and economic inclusion and development. It has become a very popular financial service. It is important to analyze the most relevant implications and the impact on the structures of digital platforms and, consequently, digital currencies, without forgetting the enormous gap that a large part of the world's population, particularly in the least favored countries, has to make up.

There are several ways in which mobile money can support the monetization of the economy in regions where the absence of fiduciary currency (means of exchange, unit of account and store of value) forced direct exchange with no opportunity to develop the market as an instrument of creation of value.

In a digital economy, in emerging economies, digital money or mobile money (possible with analog phones) enriches the traditional transmission channels of monetary policy. The adoption of mobile money tends to mitigate transaction costs in the economy, providing for the creation and development of markets. The ease with which simple operations such as deposits, transfers, payments and financing are carried out becomes a relevant instrument for monetizing the economy.

The literature on Base of the Pyramid (BoP) strategies stresses that creating social value requires partnership approaches. The results suggest that they tend to be distributed in an equitable way by the social structures supported in the families with strategies of creation of social value in the communities.

**Keywords:** Mobile money, Development, Financial Inclusion, Productivity

## AGRADECIMENTOS

Ao meu Pai!

Comecei esta jornada 3 semanas após a sua morte. Não estive presente, fisicamente ao longo destes últimos 2 anos, mas sei que estive sempre comigo de alguma forma. A ele devo a vontade de querer mais, aprender mais, fazer mais e principalmente lutar sempre por aquilo que acredito. A ele devo a capacidade de resiliência e de luta em tantos momentos que passei. Esta conquista é para ti!

Aos meus filhos, Mariana e João Miguel! É por eles e para eles! Foram horas, dias de ausência nas suas vidas em prol deste Mestrado, sem qualquer cobrança da sua parte. Que vejam na minha dedicação, no esforço, na determinação um exemplo a seguir ao longo das suas vidas, nunca desistindo dos seus sonhos.

À minha mãe, que numa das piores fases da sua vida entrou neste “grande barco” comigo e tantas vezes segurou as rédeas por mim ao ficar com os meus filhos. Sei que não foi fácil, mas desistir é algo que não faz parte do nosso vocabulário. Obrigada Mãe!

Ao Professor Dr. Rui Moreira de Carvalho, quem “me agarrou” e lutou a meu lado para chegar onde cheguei. Nunca faltaram palavra de incentivo em todo este percurso. Sempre digo que os atos valem mais que mil palavras, e jamais esquecerei cada ato seu!

Aos meus colegas de Mestrado, que tornaram esta caminhada muito mais leve. A união, a amizade e a colaboração que tantas vezes partilhámos jamais será esquecida. Destaco a Frederica, o Nuno, o Carlos, a Sílvia, a Cristina, a Rita. Mas vai um apreço especial à minha amiga Laura, a quem reconheço uma capacidade de trabalho enorme, que sempre me incentivou e motivou, partilhando uma amizade que não é de sempre mas será para sempre.

Aos amigos que são família, em especial a minha querida Catarina, que me acompanharam nesta jornada. Que tantas vezes me ouviram queixar e “aturaram” as minhas fases de irritabilidade e cansaço. Que compreenderam cada ausência minha, sem qualquer julgamento.

Tenho os melhores do Mundo comigo. Sem vocês isto não seria possível. Obrigada!

## **ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS**

ACB – Acess Bank Mozambique

AF – Agregados Familiares

ATM – Automated Teller Machine (Caixa Automática Multibanco)

BCE – Banco Central Europeu

BoP- Base da Pirâmide

BYP – Bayport Financial Services Moçambique

CBDC - Central bank digital currency

DLT - Distributed Ledger Technology

FNB – FNB Moçambique

G2P – Pagamentos do Estado

GSMA - Groupe Spéciale Mobile Association

IIF - Índice de Inclusão Financeira

IME – Instituições de Moeda Eletrónica

LETSHEGO – Banco Letshego

MDBC – Moeda Digital de Banco Central

NEDBANK – Nedbank Moçambique

NFIS - Estratégia Nacional de Inclusão Financeira

PA – Pequenos Agricultores

PACE – Pequenos Agricultores Comerciais Emergentes

PCR – Grupos de Poupança e Crédito Rotativo

POS – Point of Sale ou Point of Service (Ponto de Venda ou Serviço)

PSFs – Provedores de Serviços Financeiros

ROSCAs – Rotating Saving and Credit Associations

SGM – Banco Société Générale Moçambique

SICOI – Sistema de Compensação Interbancária

TI – Tecnologias da informação

TIPS – Target Instant Payment Settlement

## GLOSSÁRIO

**Dinheiro móvel** – ou, dinheiro móvel, foi introduzido pela primeira vez na África do Sul e nas Filipinas, em 2005, pela Vodacom. Em 2007, esses serviços foram seguidos no Quênia por “M-PESA” (M significa telemóvel, “pesa” significa “dinheiro” em Swahili), que se tornaria o serviço de dinheiro móvel dominante naquele país. O M-PESA tem sido celebrado como uma inovação que pode disponibilizar à “população sem banco” um sistema financeiro formal com impactos associados no bem-estar económico, social e ambiental (Carvalho, Vieira & Soares, 2020; Suri & Jack, 2016).

**Inclusão financeira** - a inclusão financeira deve consistir numa combinação de profundidade de mercado (dimensão e liquidez), eficiência (serviços financeiros de baixo custo sustentáveis) e acesso (capacidade dos indivíduos para acederem a serviços financeiros) (Dai, 2022).

**Desenvolvimento** – ação ou efeito de progredir, crescer, tornar-se maior, desenvolver.<sup>1</sup>

**Grupos de poupança Crédito Rotativo (PCR)** - São formas organizativas de promoção do acesso aos serviços financeiros pela população de baixa renda, particularmente nas zonas rurais. A sua característica é o envolvimento da comunidade e dos seus membros na gestão das estruturas financeiras locais, uma metodologia que permite substituir as garantias formais por garantias (Inguane, 2023).

**Interoperabilidade** - É a capacidade de um sistema de se comunicar de forma transparente com outro sistema. Para um sistema ser considerado interoperável, é muito importante que ele trabalhe com padrões abertos ou ontologias.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Porto Editora – *desenvolvimento* no Dicionário infopédia da Língua Portuguesa. Porto: Porto Editora. [consult. 2023-07-02 18:34:57], <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/desenvolvimento>, em 29 de março de 2023.#

<sup>2</sup>

<https://www.google.com/search?q=interoperabilidade&og=interoperabilidade&aqs=chrome..69i57j0i512l9.1279j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>, 18 de março de 2023

A Rede [RIAL – Rede Internacional Académica da Lusofonia](#) “apadrinhou” [Conferência em Transformação Digital: As tecnologias e a economia circular em ambientes mais Inclusivos, sustentáveis e resilientes](#) em organização conjunta com o IPSantarém, a Unidade de Investigação do IPSantarém e o Pólo em Literacia Digital e Inclusão Social do CIAC – Centro de Investigação em Artes e Comunicação.

Publiquei, como coautora, o artigo “*MOBILE MONEY TO SUPPORT FINANCIAL INCLUSION IN MOZAMBIQUE*”, no [Vol. 10, N.º 4 \(2022\)](#) do Domínio Científico das Ciências Exatas e da Engenharia (em anexo).

Este trabalho, para “defesa das provas de mestrado”, contextualiza o artigo, utilizando, naturalmente o conhecimento e informação que o mesmo proporcionou.

## ÍNDICE

1. Introdução .....	1
1.1 O tema .....	2
1.2 Estrutura da tese .....	3
1. O dinheiro móvel como alavanca do desenvolvimento .....	5
2.1 O sistema de pagamentos digitais em Portugal.....	6
2.2 A interoperidade como instrumento de ganho de competitividade .....	8
2.3 Moedas Digitais do Banco Central (CBDC) .....	9
3. Metodologia.....	12
4. Enquadramento do sistema financeiro moçambicano .....	14
4.1 Serviços Financeiros Móveis .....	20
4.2 Indicadores de Inclusão Financeira .....	25
4.3 A da Base da Pirâmide (BoP) como motor de desenvolvimento .....	29
5. A moeda digital no apoio à inclusão financeira em Moçambique .....	31
6 Conclusão .....	32
6.1 Limitações e sugestões para investigação .....	35
7. Bibliografia.....	37
Anexo – Artigo publicado no âmbito deste trabalho de investigação .....	41

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 1 - Mapa de Províncias e Capitais de Moçambique</b> .....	25
---	----

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Evolução das operações no SICOI em quantidade e valor.....	6
<b>Gráfico 2</b> - Operações processadas no SICOI por subsistema, em quantidade e valor.	7
<b>Gráfico 3</b> - Volume de transferências imediatas por país (distribuição) (%) .....	8
<b>Gráfico 4</b> - Setores no PIB 2020-2022.....	15
<b>Gráfico 5</b> - Concentração de Operações nos bancos BIM, BCI, SBM, Absa e Moza Banco. ....	17
<b>Gráfico 6</b> - Índice de Herfindahl-Hirschman no sistema bancário .....	18
<b>Gráfico 7</b> - Acesso Geográfico das Agências Bancárias, Agentes Bancários e Agentes das IME .....	26
<b>Gráfico 8</b> - Acesso Geográfico das ATM e POS .....	27
<b>Gráfico 9</b> - Contas Bancárias e Cartões Bancários em Proporção da População Adulta .....	27

## ÍNDICE DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Principais Motivações para emissão da Moedas Digitais do Banco Central	10
<b>Tabela 2</b> - Quotas de Mercado das Instituições de Crédito (em % do total do mercado) .....	15
<b>Tabela 3</b> - Quotas de Mercado .....	16
<b>Tabela 4</b> - Evolução do sistema bancário (instituições em atividade).....	18
<b>Tabela 5</b> - Evolução de agências bancárias em funcionamento.....	20
<b>Tabela 6</b> - Agentes das IME por regiões e por províncias .....	21
<b>Tabela 7</b> - Transações dos serviços financeiros móveis.....	23
<b>Tabela 8</b> - Evolução dos pontos de acesso a serviços financeiros .....	24

## 1. Introdução

“Numa altura em que o BCE está prestes a terminar o estudo de viabilidade do euro digital e em que outros bancos centrais também avaliam a possibilidade de emitir moedas digitais, o FMI está a trabalhar numa plataforma global que sirva para todas as MDBC. Kristalina Georgieva alerta que sem interoperabilidade este pode ser um projeto que morre na praia, e cujo espaço poderá ser preenchido (em caso de fracasso) pelas criptomoedas” (Silva, 2023).

É sabido que existe um movimento especulativo em torno da criptomoeda. Assim, torna-se cada vez mais importante a regulamentação das moedas digitais. Esta recente notícia do Jornal de Negócios refere que dos cento e quatorze bancos centrais que procuram lançar a sua moeda digital, dez já têm esse mesmo projeto em fase final. O Banco Central Europeu (BCE) pretende, até outubro, demonstrar se é ou não viável avançar com o euro digital na Zona Euro, criando uma versão virtual da chamada moeda única. Em paralelo, a Comissão Europeia “já está a trabalhar numa proposta de enquadramento legislativo, que - entre vários pontos regulatórios - vem mudar o Tratado de Funcionamento da União Europeia (TFUE), acrescentando ao mandato do BCE o poder de emitir uma moeda digital. Nos EUA, o projeto do dólar digital ainda está numa fase preliminar de estudo, levada a cabo por várias agências, incumbidas por decreto do presidente Joe Biden, de estudar este assunto” (Silva, 2023).<sup>3</sup>

Mas uma maioria da população ainda não tem acesso ao sistema financeiro incumbente (Dai, 2022).

Num período em que os países mais desenvolvidos competem pela inserção, nos seus mercados, de produtos financeiros mais competitivos e inovadores, os países em vias de desenvolvimento procuram estratégias comerciais e políticas para aumentar a taxa de integração no sistema bancário das suas populações. No entanto, esses países enfrentam obstáculos significativos, como infraestruturas limitadas e dificuldades de acesso às instituições financeiras.

Em 2016, Manyika et al. (2016) afirmavam que cerca de dois mil milhões de pessoas, ou 45% da população adulta do mundo, não tinha uma conta num banco, ou em outra instituição financeira ou num serviço de dinheiro móvel. Em 2021, um relatório do Banco

---

<sup>3</sup> <https://www.jornaldenegocios.pt/mercados/criptoativos/detalhe/fmi-prepara-plataforma-global-para-moedas-digitais-emitidas-por-bancos-centrais>, 19 de junho de 2023

Mundial vinha mostrar que mais de 1,9 bilhões de adultos — cerca de metade da população adulta do mundo — não tinha conta bancária (*Global Findex Database*, Banco Mundial, 2021; Dai, 2022).

### **1.1 O tema**

Os meios de pagamento, nomeadamente as soluções utilizadas pelos agentes económicos para a realização de transações, é um dos setores da banca com maior desenvolvimento. O modo como são realizados os pagamentos de bens ou serviços sofreu uma enorme reviravolta nas últimas décadas.

“As transações de poupança, crédito e seguros servem para transferir dinheiro de tempos de abundância para tempos de restrição. Para uma família que sofre de um choque económico e precisa de liquidez, a poupança transfere dinheiro dos rendimentos passados para o presente, enquanto o crédito faz o contrário, transferindo dinheiro de ganhos futuros esperados para reembolsar o empréstimo para o presente de necessidade” (Benami & Carter, 2020).

No entanto, para estes autores, “os fluxos de informação e dinheiro necessários para a conclusão destas transações estão limitados por três características críticas que tipificam muitos ambientes convencionais de microfinanciamento rural: isolamento, escala e risco. O isolamento refere-se à forma como as comunidades com infraestruturas de transporte e comunicação de baixa qualidade enfrentam elevados desafios para mover pessoas, bens, fundos e informação. Em segundo lugar, o desafio da escala reflete a grande magnitude e volume de transações que ocorrem em muitos ambientes rurais e de baixo rendimento, embora os custos fixos da recolha de informação continuem a ser elevados em dólares de transações financeiras (isto é, por dólar poupado, emprestado ou segurado). Esta incompatibilidade diminui a atratividade da prestação de serviços financeiros em ambientes rurais. Em terceiro lugar, o risco atravessa a atividade económica dominante em muitas zonas rurais, ou seja, a agricultura. Ao longo dos meses necessários para que os inputs se tornem em resultados exequíveis, é provável que um pequeno agricultor encontre flutuações aleatórias e exógenas do mercado e das flutuações meteorológicas que possam tornar a tarefa de avaliar quem pode reembolsar o crédito desafiando, mesmo sem sobrecarregar a vontade de um indivíduo de reembolsar um determinado credor”. (Benami & Carter, 2020).

“Separadamente e em conjunto, estas três características de isolamento, escala e risco limitam os termos, a disponibilidade e o custo dos instrumentos financeiros formais e padrão. Estas características também tornam o acesso a serviços financeiros pouco atrativo, se não impossível, para os indivíduos de baixos ativos em zonas rurais pouco povoadas e mal ligadas. Em suma, os mercados financeiros rurais podem ter um desempenho fraco (não compensando o custo de capital entre diferentes famílias e produtores) e de uma forma tendenciosa contra indivíduos de baixo património que são mais propensos a sofrer as contraposições de isolamento, pequenas dimensões de transações e riscos” (Benami & Carter, 2020).

A poupança pode ajudar as pessoas a administrar flutuações de renda, planejar a aquisição de bens materiais ou outros, aproveitar oportunidades de investimento inesperadas e amortecer contra perdas imprevistas. Muitos instrumentos financeiros informais diferentes, como Associações Rotativas de Poupança e Crédito (ROSCAs) e Grupos de Poupança, existem entre os pobres rurais há décadas (Kimuyu, 1999) e investigações empíricas recentes mostraram que algumas configurações de Grupo de Poupança realmente ajudaram os indivíduos a suavizar o consumo ao longo do tempo e aumentar a segurança alimentar (Beaman et al., 2014). Além disso, as contas de poupança formais vieram oferecer benefícios adicionais a quem se propõem a poupar oferecendo maior segurança contra roubo, proteção, autocontrole, e outras situações de "outro controle" que, de outra forma, poderiam esgotar a poupança (Ashraf et al., 2003; Benami & Carter, 2020; Brune *et al.*, 2016; Dupas e Robinson, 2013; Gugerty, 2007; Prina, 2015).

## **1.2 Estrutura da tese**

A dissertação encontra-se estruturada em 7 capítulos.

O primeiro capítulo introduz o tema principal, com referência aos desenvolvimentos que têm vindo a acontecer a nível da moeda digital, a importância das transações financeiras no desenvolvimento dos países e as limitações a esse mesmo desenvolvimento.

O segundo capítulo faz um enquadramento entre o desenvolvimento e o dinheiro móvel a nível global. Destacamos a posição de Portugal comparativamente com outros países e o desenvolvimento das Moedas Digitais do Banco Central.

O terceiro capítulo apresenta o modelo conceptual selecionado para o desenvolvimento deste trabalho, método qualitativo, e as “questões de partida” que nos vão servir como guia orientador no desenvolvimento do tema.

No quarto capítulo faz-se o Enquadramento do sistema financeira moçambicano, com a integração e evolução dos serviços financeiros móveis e apresentação dos principais indicadores de inclusão financeira no país.

O quinto capítulo fala do artigo, desenvolvido em dezembro 2022, intitulado “*Mobile Money to Support financial inclusion in Mozambique*”, e que suporta todo o trabalho aqui desenvolvido.

Nas conclusões, sexto capítulo, procuramos responder às nossas questões de partida, apresentar as limitações da investigação sugestões para futuras investigações.

No capítulo sete apresentamos toda a bibliografia relevante para o desenvolvimento deste trabalho.

Por último, e em anexo, é incluído o artigo académico publicado em dezembro de 2023, em coautoria com o Professor Doutor Rui Moreira de Carvalho, Mestre Joaquim Tobias Dai, Mestre Moisés Inguane e Dr. Manuel Matias.

## 1. O dinheiro móvel como alavanca do desenvolvimento

Globalmente, em 2017, cerca de 1,7 bilhão de pessoas não tinham acesso a uma conta bancária ou a um provedor de dinheiro móvel (Demirguc-Kunt et al., 2018). Praticamente todos os adultos sem banco vivem em países em desenvolvimento. Concentradas entre as famílias mais pobres, são as mulheres as sobre representadas entre os sem banco (Demirguc-Kunt et al., 2018).

A inclusão financeira digital é uma meta fundamental das nações do G20, cujos oito princípios incluem a promoção de uma abordagem digital para a inclusão financeira e o estabelecimento de práticas financeiras digitais responsáveis (GPFI, 2016). Também é visto como a chave para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS) (UNSGSA, 2018), embora as evidências que conectam a inclusão financeira digital e os ODS sejam esparsas (Collins et al., 2019). O dinheiro móvel é visto como um meio de trazer os sem-banco para o sistema bancário formal (GSMA, 2022) e promover a inclusão financeira.

Como um veículo para inclusão financeira, o dinheiro móvel ajudar a integrar os pobres e destituídos de poder nas finanças digitais sem incorrer nos custos e na carga administrativa do sistema bancário formal incumbente.

O dinheiro móvel envolve a transferência de dinheiro entre duas partes usando o telefone móvel como tecnologia de mediação. Quando duas pessoas realizam uma transação usando dinheiro físico, nenhum registro da transação é gerado. Não há exigência de nenhuma das partes ter uma conta bancária ou qualquer tipo de autorização formal. A transação não pode ser interrompida ou revertida. Não é regulamentado e não pode ser rastreado. O objetivo do dinheiro móvel é atuar como uma versão digital de uma transação física em dinheiro.

As vantagens, especialmente para os destituídos de poder e excluídos, são muitas. Não depende de posição ou status. Ele contorna as partes interessadas que podem desejar exercer poder sobre os partidos, sejam estruturas estatais, comerciais ou patriarcais dominantes. Ele permite que as transações sejam feitas com partes em grandes distâncias sem a intervenção de outras pessoas que possam pegar o dinheiro para outros fins. É de baixo custo e evita os encargos bancários, onde o acesso a serviços financeiros pode envolver marketing indesejado e dívidas.

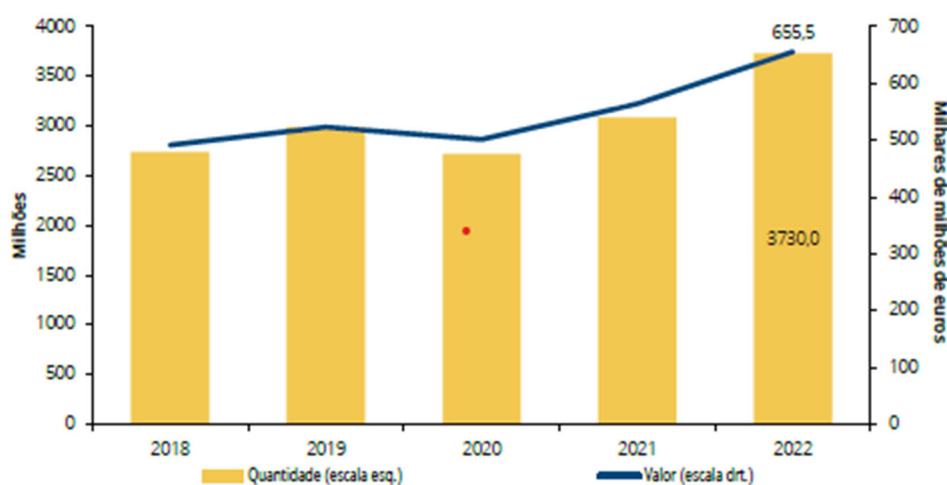
## 2.1 O sistema de pagamentos digitais em Portugal

“Com os visíveis avanços tecnológicos na vertente dos *smartphones* e a significativa melhoria nos sistemas de informação, a tendência nos métodos de pagamento passou de transpor as soluções eletrónicas já desenvolvidas para o formato *mobile*.

Com o aumento do número de *smartphones* inevitavelmente começámos a assistir a uma transformação dos métodos de pagamento eletrónico, surgindo várias aplicações de pagamentos *mobile* assentes em cartões ou mesmo carteiras móveis (*wallets*).<sup>4</sup>

Segundo o Banco de Portugal (2023), no Sistema de Compensação Interbancária (SICOI), o sistema de pagamentos de retalho português, em 2022 foram processados 3,7 mil milhões de operações, no montante de 655,5 mil milhões de euros. Estes números representam um aumento de 20,8% em quantidade e de 16,2% em valor comparativamente com o ano 2021. Em 2022, foram processados, em média, 10,2 milhões de pagamentos de retalho por dia, no valor de 1,8 mil milhões de euros”. (Gráfico 1).

**Gráfico 1** - Evolução das operações no SICOI em quantidade e valor.

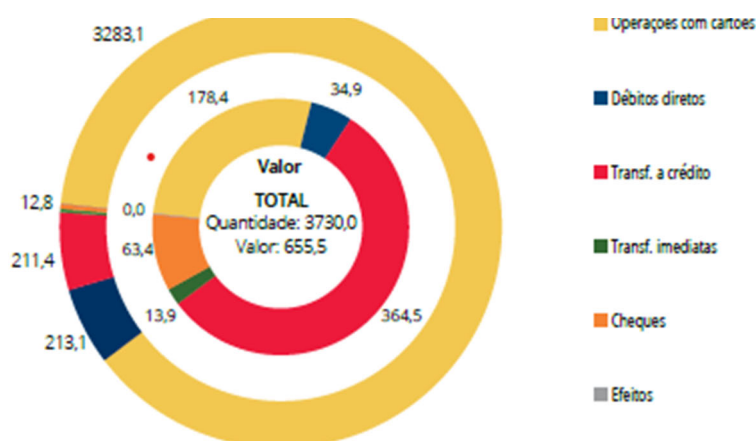


Fonte: Banco de Portugal (BPstat, quantidade e valor), 2023, p. 33

<sup>4</sup> *Wallet* - A *mobile wallet* ou *m-wallet* (em português, carteira móvel) consiste numa forma de pagamento via telefone móvel, que também pode oferecer serviços de valor acrescentado. A *mobile wallet* consiste numa aplicação versátil de *m-payment* que tem a funcionalidade de substituir a carteira convencional de forma muito mais avançada, pois inclui outros elementos encontrados numa carteira (Shin, 2009; Teixeira, 2013).

“Os consumidores nacionais continuaram a preferir os instrumentos de pagamento eletrónicos (cartões de pagamento, débitos diretos, transferências a crédito e transferências imediatas). Estes instrumentos foram usados em 99,7% dos pagamentos de retalho realizados sem recurso a numerário, mais 0,2 pontos percentuais do que em 2021. A utilização de todos os instrumentos de pagamento eletrónicos aumentou, tanto em quantidade como em montante. Destacaram-se as transferências imediatas, que cresceram 34,3% em quantidade e 54,4%, em montante, apesar de continuarem a ter um peso reduzido no total do SICOI (0,3% em número e 2,1% em valor). Os pagamentos com cheques diminuíram 15,1% em quantidade, mas, pela primeira vez desde 2014, cresceram em valor (6,2%). Foram utilizados mais cheques de montante superior a 50 000 euros, particularmente no escalão entre os 100 000 e os 500 000 euros, o que pode estar relacionado com a aquisição de habitações (como investimento e para habitação própria). O valor médio do cheque aumentou 25,1%, para 4962 euros. Aumentaram também os cheques devolvidos (12,2%), tendo sido a maior parte das devoluções motivada pela falta de provisão (58,0%). Ainda assim, apenas 0,4% dos cheques processados no SICOI foram devolvidos” (BdP, 2023)<sup>5</sup> (Gráfico 2).

· **Gráfico 2** - Operações processadas no SICOI por subsistema, em quantidade e valor.



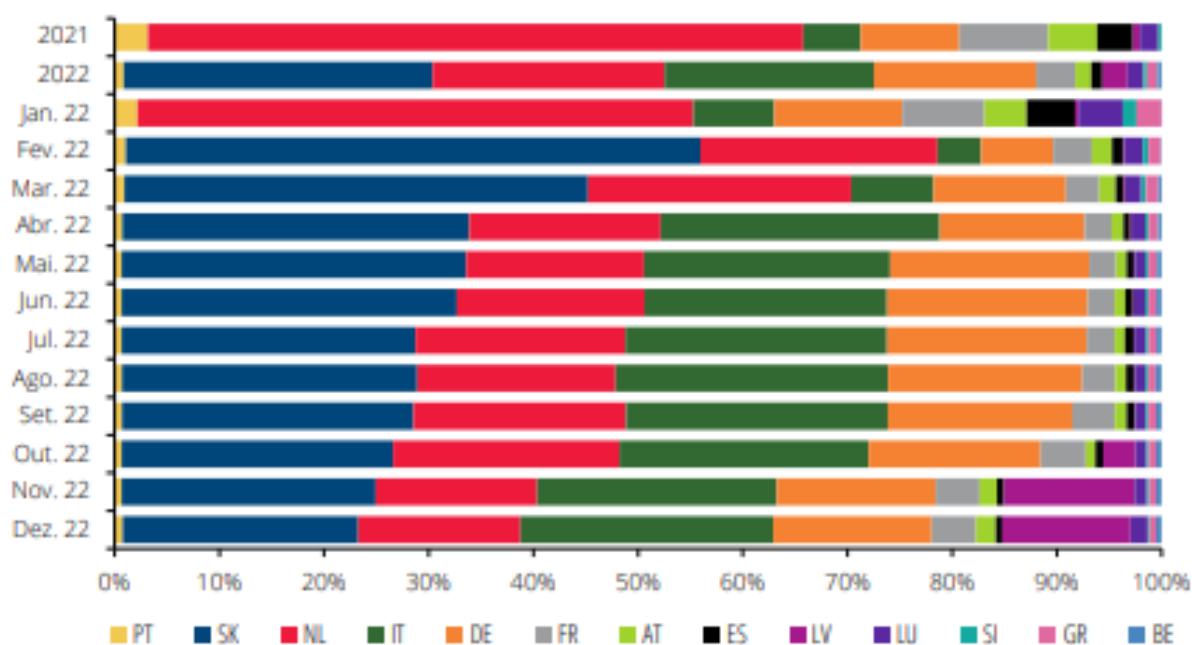
Fonte: Banco de Portugal (BPstat, quantidade e valor), 2023, p. 34

<sup>5</sup> Relatório do Banco de Portugal (2023), Relatório dos Sistemas de Pagamentos, <https://www.bportugal.pt/publications/banco-de-portugal/all/126>, 19 de maio 2023

## 2.2 A interoperidade como instrumento de ganho de competitividade

“O TARGET Instant Payment Settlement (TIPS) é o sistema disponibilizado pelo Eurosistema, desde 2018, que possibilita a realização de transferências imediatas ao nível pan-europeu. No final de 2022, o TIPS contava com 5520 participantes diretos de 13 mercados, mais dois países do que em 2021 (Bélgica e Eslováquia), e 7959 entidades aptas a liquidar as suas operações por intermédio de participantes diretos (reachable parties). Destes, 14 participantes diretos (mais um do que em 2021) e três reachable parties pertencem à comunidade nacional. Em termos geográficos, as comunidades da Eslováquia, dos Países Baixos e da Itália foram as mais ativas no envio de transferências imediatas via TIPS—, tendo sido responsáveis por cerca de 71% do total (Gráfico 3). A quantidade e o valor das transferências imediatas enviadas por participantes portugueses apresentaram uma tendência de crescimento ao longo de 2022. Ainda assim, Portugal foi o 11.º país mais ativo no TIPS, em termos de volume, no total dos 13 países representados”.<sup>6</sup>

**Gráfico 3 - Volume de transferências imediatas por país (distribuição) (%)**



Fonte: Banco de Portugal, 2023, p. 34

<sup>6</sup> Relatório Banco de Portugal (2023), Relatório dos Sistemas de Pagamentos, <https://www.bportugal.pt/publications/banco-de-portugal/all/126>, 19 de maio de 2023

Para Carvalho (2020, pp. 141), as carteiras virtuais tendem a substituir a moeda fiduciária. O dinheiro está a ser codificado e transportado em potentes ferramentas de encriptação. A codificação do dinheiro, dos mercados, dos pagamentos e da confiança é o próximo grande ponto de inflexão da história dos serviços financeiros. E da política monetária dos governos e bancos centrais.

Para o mesmo autor, os telemóveis proporcionam a possibilidade de guardar em contas móveis o dinheiro. Exemplos de sucesso surgem, como sempre, onde o mercado necessita. O Quênia iniciou com o M-Pesa a utilização do dinheiro móvel, que permite que sejam transferidos fundos de um telemóvel para outro, instantaneamente, sem custos para os mutuários, com a mesma facilidade com que se envia uma mensagem de texto. Durante muitos anos, poderiam pagar a um motorista de táxi com o telemóvel em Nairobi, mas não em Nova York. O dinheiro móvel arrancou no Quênia, em 2008, em parte porque a falta de infraestruturas bancárias oferecia um espaço em branco; num país em que a maioria das pessoas não tem contas bancárias, existe pouca concorrência para os sistemas de pagamento vigentes. Os fatores políticos também desempenharam o seu papel: o uso do dinheiro móvel arrancou depois da violência pós-eleitoral de 2007-2008, quando passou a ser visto como uma alternativa mais segura que os bancos, que estavam embrenhados em disputas étnicas (Franklin, 2017, 23).

### **2.3 Moedas Digitais do Banco Central (CBDC)**

Nos últimos anos, vários bancos centrais têm desenvolvido projetos de investigação e teste relacionados com a moeda digital de banco central (CBDC), tal como documentado pelo Banco de Pagamentos Internacionais (BIS). O Eurosistema tem em curso o projeto do euro digital, que estuda a emissão de moeda digital de banco central para uso nos pagamentos de retalho. Paralelamente, investiga-se a utilização de novas tecnologias, tais como a tecnologia de registo distribuído (em inglês, distributed ledger technology — DLT), para pagamentos por grosso e liquidação de títulos nas infraestruturas de mercado (Banco de Portugal, 2023).

A moeda digital de banco central para pagamentos por grosso, designada comumente por “wholesale CBDC” (wCBDC), não é uma novidade, dado que as instituições de crédito acedem eletronicamente a moeda de banco central há várias décadas. Segundo os princípios para as infraestruturas de mercado publicados pelo Comité de

Pagamentos e Infraestruturas de Mercado e pelo Comité Técnico da Organização Internacional das Comissões de Valores (CPMI IOSCO), as infraestruturas de mercados financeiros deverão assegurar que a liquidação financeira de operações ocorre, sempre que for possível, em moeda de banco central. Por sua vez, a construção, por parte dos bancos centrais, de um sistema de liquidação por grosso seguro contribui para o bom funcionamento e a estabilidade do sistema financeiro. A moeda de banco central é o ativo mais seguro e líquido.

Para Chicava (2023), a adoção de uma CBDC é fundamentada por uma série de objectivos e vantagens que podem ser subdivididas em três seguimentos, nomeadamente para países desenvolvidos, para países emergentes e para ambos, conforme a Tabela 1.

**Tabela 1 - Principais Motivações para emissão da Moedas Digitais do Banco Central.**

<b>Países em Desenvolvimento</b>	<b>Países Desenvolvidos</b>
Digitalização e melhoria de inclusão financeira.	Melhorar a competitividade dos sistemas de pagamentos, mesmo em situações de declínio do uso de dinheiro físico.
Redução dos custos com uso de dinheiro físico e riscos relativos.	
Promover maior eficiência nos pagamentos transfronteiriços.	
Manutenção da soberania financeira mesmo em condições de uma Emigração Digital e envolva o uso generalizado de outras moedas digitais.	
Melhorar a eficácia da política monetária e ter acesso a dados granulares de pagamentos em tempo real.	

Fonte: Kiff et al. (2020)

Para Chicava (2023), a CBDC pode fornecer um meio de pagamento seguro e líquido, emitida por uma autoridade monetária ao público que não exige que os indivíduos mantenham uma conta bancária (essencial em um mundo cada vez mais digital e, especialmente, em países onde a penetração do sector bancário é baixa) (Broadbent, 2016 e Callesen, 2017) como é o caso de Moçambique.

Nas economias mais desenvolvidas, a literatura sobre este tema tem sido crescente, com vários países com investigações avançadas para a introdução de uma CBDC. No entanto, em economias emergentes ou em vias de desenvolvimento, como é o caso de Moçambique, este tipo de estudo é ainda muito embrionário, sendo o debate sobre a moeda digital do Banco Central um tema muito recente (os efeitos da adoção de uma

CBDC e as suas implicações na estabilidade financeira ainda não são evidentes) (Chichava, 2023).

É sobre o enquadramento do sistema financeiro moçambicano que nos vamos debruçar de seguida.

### **3. Metodologia**

O método de investigação escolhido foi o método qualitativo, com a análise de um estudo de caso de Moçambique. Importa identificar o problema de investigação (Yin, 2008), ou seja, o que se pretende investigar. “A problemática constitui, efetivamente, o princípio da orientação teórica da investigação, cuja linha de força define e dá à investigação a sua coerência e potencial de descoberta” (Quivy & Van Campenhoudt, 2017).

De acordo com Quivy & Van Campenhoudt (2017), “traduzir um projeto de investigação sob a forma de uma pergunta de partida é útil se a mesma for corretamente formulada”. Neste sentido, propomos seguir uma linha orientadora começando por definir duas questões de investigação:

#### **1. Quais são os fatores relevantes para a aceitação do dinheiro móvel nas regiões de trabalho e a sua mobilidade ao nível das famílias?**

Para Ahmad, Green & Jiang (2020), o sistema financeiro desempenha funções, tais como a prestação de informação sobre investimentos e empréstimos, o acompanhamento dos investimentos após a disponibilização de fundos, permite o comércio, a diversificação e a gestão dos riscos; fomenta a mobilização e o agrupamento de poupanças, e facilita a troca de bens e serviços. Os sistemas financeiros fornecem estas funções de diferentes formas, pelo que o desenvolvimento financeiro refere-se a melhorias na prestação destas funções, que ajudam a melhorar a atribuição de recursos e o bem-estar (Levine, 2005).

#### **2. Como é que o dinheiro móvel pode ajudar na promoção para a inclusão financeira, inclusão da mulher e para a redução da pobreza?**

Beck et al. (2007) definem a inclusão financeira como um estado em que todos podem aceder a uma gama de serviços financeiros de qualidade a preços acessíveis de forma conveniente. A crescente apreciação da importância da inclusão financeira para o desenvolvimento económico tem levado o tema a subir na agenda de desenvolvimento nos últimos anos (Soursourian e Lahaye, 2015).

A definição de desenvolvimento económico pode ser debatida, mas existe um consenso de que é de natureza multidimensional, incluindo, mas não se limitando a melhorias constantes do nível de vida e da qualidade de vida global (Lewis, 1988; Sen, 1988). O

desenvolvimento financeiro, por outro lado, diz respeito à existência de um sistema financeiro funcional, que foi geralmente aceite como essencial para o desenvolvimento económico (Levine, 2005).

## 4. Enquadramento do sistema financeiro moçambicano

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de uma economia está diretamente relacionado com o crescimento económico, que por sua vez depende de algumas variáveis nomeadamente níveis de produção e produtividade, fluxo de invenção ou inovação e mesmo crescimento da população (Lithwick, 2019).

O crescimento económico de um determinado país define-se pela sua capacidade de produção de vários bens essenciais à população, desenvolvimento tecnológico e necessidades da população (o chamado fator procura) (Kuznets, 1973; Costa, 2021).

Carvalho, Vieira e Soares (2020) recordam-nos que Moçambique é um dos países mais pobres do mundo com cerca metade da população a viver abaixo do limiar da pobreza<sup>7</sup> (Ministério da Economia e Finanças, 2016). E entre as províncias, existem grandes diferenças geográficas no que se refere às mudanças e aos níveis de pobreza.<sup>8</sup> Segundo o World Bank (2018), em 2014/15, na província do Niassa, cerca de 67% da população vivia abaixo do limiar de pobreza (percentagem acima da média nacional, de 48,4%). O PIB per capita da província do Niassa, em 2017, era de MZN 11.531,35 (€ 128,48).<sup>9</sup>

Segundo o último relatório do Banco Mundial (2023)<sup>10</sup>, a economia de Moçambique está a ganhar ímpeto. A recuperação económica acelerou, tendo o crescimento do PIB atingido 4,1% em 2022 apesar da deterioração da economia mundial. A agricultura e os serviços (Gráfico 4), o aumento da procura externa e os preços dos principais produtos de exportação de Moçambique – como o carvão e o alumínio – deram suporte adicional a esta recuperação.

---

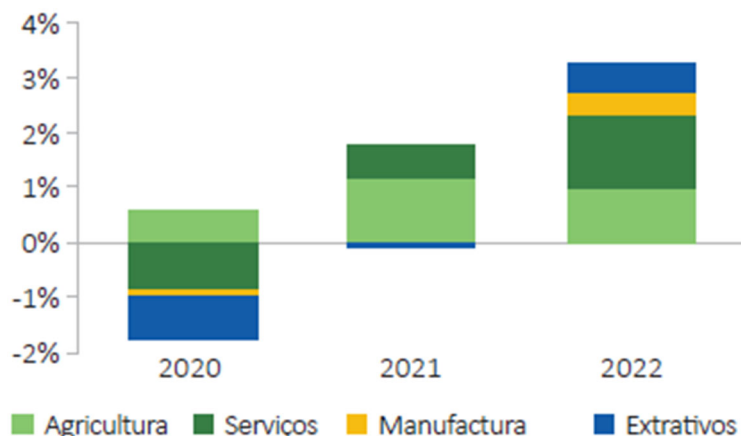
<sup>7</sup> O Limiar Internacional da Pobreza foi fixado em USD 1,90 por pessoa por dia, utilizando fatores de conversão da Paridade de Poder de Compra (PPC) de 2011.

<sup>8</sup> Administrativamente, Moçambique encontra-se dividido em 10 províncias e uma cidade capital (Maputo) com estatuto de província.

<sup>9</sup> <https://pt.knoema.com/atlas/Mo%3%a7ambique/Niassa-prov%3%adncia/GDP-Per-Capita-at-Current-Prices>, em 14 de abril de 2023.

<sup>10</sup> Relatório Actualidade Económica de Moçambique - Moldando o Futuro: O Papel dos Serviços no Crescimento Económico e Geração de Empregos. Banco Mundial (Março 2023). <https://www.worldbank.org/pt/country/mozambique/publication/mozambique-economic-update-9>, em 19 de maio de 2023.

**Gráfico 4 – Contribuições setoriais para o crescimento do PIB.**



Fonte: Dados do INE, vários anos. Estimativas do corpo técnico do Banco Mundial, 2023

A Tabela 2 contextualiza os indicadores de desempenho do sistema financeiro moçambicano em 2022.

**Tabela 2 - Quotas de Mercado das Instituições de Crédito (em % do total do mercado).**

Nº	Instituição	Ativos			Crédito			Depósitos		
		2022	2021	Variação 21/22	2022	2021	Variação 21/22	2022	2021	Variação 21/22
1	Banco Internacional de Moçambique (BIM)	22,4	22,6	-0,88%	15,2	15,3	-0,65%	24,2	23,6	2,54%
2	Banco Comercial e de Investimento (BCI)	23,7	23,0	3,04%	24,3	26,3	-7,60%	25,4	25,4	0,00%
3	Standard Bank (SBM)	18,4	17,7	3,95%	14,8	15,2	-2,63%	18,4	18,7	-1,60%
4	Absa Bank Moçambique (Absa)	7,7	7,9	-2,53%	10,0	9,4	6,38%	8,4	9,1	-7,69%
5	Banco de Investimento Global (BIG)	0,5	0,5	0,00%	0,0	0,0	0,00%	0,3	0,3	0,00%
6	Banco Letshego (LETSHEGO)	1,4	1,4	0,00%	3,7	3,5	5,71%	0,5	0,5	0,00%
7	Microbanco Mais (BMA)	0,4	0,4	0,00%	0,6	0,6	0,00%	0,3	0,3	0,00%
8	Banco Nacional de Investimento (BNI)	1,3	1,2	8,33%	2,0	2,0	0,00%	0,1	0,2	-50,00%
9	MyBucks Mozanbique, Mcb (MCB)	0,8	0,6	33,33%	1,5	1,1	36,36%	0,9	0,6	50,00%
10	Banco Société Générale Moçambique (SGM)	1,6	2,3	-30,43%	2,1	2,3	-8,70%	1,6	2,3	-30,43%
11	Nedbank Moçambique (NEDBANK)	3,6	5,6	-35,71%	4,5	4,2	7,14%	3,9	4,4	-11,36%
12	First Capital Bank (FCB)	1,5	0,9	66,67%	1,6	1,4	14,29%	1,5	0,9	66,67%
13	Ecobank Moçambique (ECB)	0,5	0,0	100,00%	0,3	0,3	0,00%	0,3	0,6	-50,00%
14	FNB Moçambique (FNB)	2,4	2,4	0,00%	1,8	1,5	20,00%	2,4	2,6	-7,69%
15	Moza Banco	5,6	5,6	0,00%	8,4	8,5	-1,18%	5,6	5,7	-1,75%
16	SOCREMO	0,2	0,2	0,00%	0,4	0,4	0,00%	0,2	0,2	0,00%
17	United Bank of Africa (UBA)	1,1	0,9	22,22%	0,5	0,6	-16,67%	1,0	0,6	66,67%
18	AC Microbanco (ACM)	0,0	0,0	0,00%	0,0	0,0	0,00%	0,0	0,0	0,00%
19	Bayport Financial Services Moçambique (BYP)	2,3	2,1	9,52%	5,6	4,7	19,15%	0,8	0,6	33,33%
20	BPI Moçambique-Sociedade de Investimentos (BPI)	0,0	0,0	0,00%	0,0	0,0	0,00%	0,0	0,0	0,00%
21	Caixa Cooperativa Mulheres de Nacala (CMNC)									
22	Caixa Cooperativa Mulheres de Nampula (CMNP)*									
23	Caixa de Poupança Postal de Moçambique (CPPM)	0,0	0,0	0,00%	0,0	0,0	0,00%	0,0	0,0	0,00%
24	Caixa Financeira de Caia (CFC)	0,0	0,0	0,00%	0,0	0,0	0,00%	0,0	0,0	0,00%
25	Microbanco Confiança (MCCF)	0,1	0,1	0,00%	0,1	0,1	0,00%	0,0	0,0	0,00%
26	Caixa Mulher, Mcb (MBDM)	0,1	0,0	100,00%	0,1	0,0	100,00%	0,0	0,0	0,00%
27	Carteira Móvel (CMM)	0,0	0,0	0,00%	0,0	0,0	0,00%	0,0	0,0	0,00%
28	Cooperativa de Crédito dos Produtores do Limpopo (CPL)*									
29	Cooperativa de Mulheres de Pemba (CMP)									
30	Cooperativa de Poupança e Crédito (CPC)	0,4	0,4	0,00%	0,5	0,5	0,00%	0,4	0,4	0,00%
31	GAPI Sociedade de Investimento (GAPI)	0,2	0,2	0,00%	0,1	0,1	0,00%	0,0	0,0	0,00%
32	M-Mola (MMS)	0,3	0,1	200,00%	0,0	0,0	0,00%	0,2	0,1	100,00%
33	Futuro Microbanco (FTMB)	0,0	0,0	0,00%	0,1	0,0	100,00%	0,0	0,0	0,00%
34	Vodafone M-Pesa (M-Pesa)	1,5	1,4	7,14%	0,0	0,0	0,00%	1,3	1,0	30,00%
35	Yingwe Microbanco (YGW)	0,0	0,0	0,00%	0,0	0,0	0,00%	0,0	0,0	0,00%
36	Xtenda Finanças Moçambique (XFM)	0,0	0,0	0,00%	0,0	0,0	0,00%	0,0	0,0	0,00%
37	Access Bank Mozambique (ACB)	2,0	1,9	5,26%	1,8	1,8	0,00%	2,2	2,0	10,00%
<b>Total</b>		<b>100</b>	<b>100</b>		<b>100</b>	<b>100</b>		<b>100</b>	<b>100</b>	

Ao separarmos as Instituições financeiras, tendo como critério o volume das suas participações de mercado, podemos verificar que nas células marcadas a verde, cinco Instituições têm uma participação superior a 5% na categoria de ativos e depósitos - Banco Internacional de Moçambique (BIM), Banco Comercial e de Investimento (BCI), Standard Bank (SBM), Absa Bank Moçambique (Absa) e Moza Banco - e seis Instituições na categoria de crédito - Banco Internacional de Moçambique (BIM), Banco Comercial e de Investimento (BCI), Standard Bank (SBM), Absa Bank Moçambique (Absa), Moza Banco e Bayport Financial Services Moçambique (BYP).

As células marcadas a amarelo representam as Instituições com uma participação de mercado entre 2% e 5%. Na categoria de ativos encontramos quatro Instituições - Nedbank Moçambique (NEDBANK), FNB Moçambique (FNB), Bayport Financial Services Moçambique (BYP) e Access Bank Mozambique (ACB). Na categoria de Crédito destacam-se quatro Instituições: Banco Letshego (LETSHEGO), Banco Nacional de Investimento (BNI), Banco Société Générale Moçambique (SGM) e Nedbank Moçambique (NEDBANK). Na categoria de depósitos identificamos tr s institui es: Nedbank Moçambique (NEDBANK), FNB Moçambique (FNB) e Acess Bank Mozambique (ACB).

Resumindo, podemos verificar como as Institui es financeiras estão distribuídas de acordo com a sua participa o de mercado, com destaque para aquelas que possuem uma participa o significativa acima de 5% e as que se concentram no intervalo entre 2% e 5%. (Tabela 3)

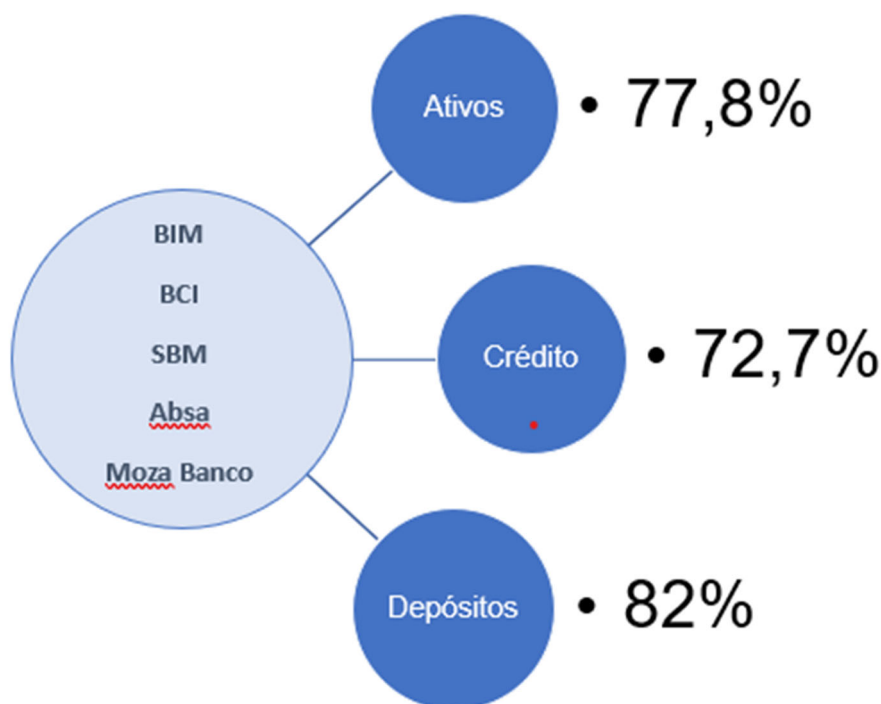
**Tabela 3 - Quotas de Mercado.**

Indicador	>0%<2%	≥2%,≤5%	>5%
Activos	BIG, Letshego, MAIS, BNI, MyBucks, FCB, Ecobank, Socremo, UBA, ACM, BPI, CPPM, CFCaia, MBDM, Confiança, Carteira Móvel, CPC, GAPI, M-Mola, Futuro, M-Pesa, Yingwe, Xtenda, SGM.	NedBank, FNB, Access Bank, Bayport	BCI, BIM, SBM, Absa, MOZA
Depósitos	BIG, Letshego, MAIS, BNI, MyBucks, FCB, Ecobank, Socremo, UBA, ACM, Bayport, CPPM, CFCaia, MBDM, Confiança, M-Kesh, CPC, E-Mola, Futuro, M-Pesa, Yingwe, Xtenda, SGM.	FNB, Access Bank, NedBank	BCI, BIM, SBM, Absa, MOZA
Crédito	MAIS, MyBucks, FNB, FCB, Ecobank, Socremo, UBA, ACM, CFCaia, MBDM, Confiança, CPC, GAPI, Futuro, Yingwe, Xtenda, Access Bank, BNI.	SGM, Letshego, NedBank.	BCI, BIM, SBM, MOZA, Absa, Bayport.

Fonte: Banco de Moçambique, Relatório Anual 2022, pp. 126

De acordo com os dados de 2022, apenas cinco bancos ((BIM, BCI, SBM, Absa, Moza Banco) dos trinta e sete do sistema bancário nacional mencionados concentram nestas a maioria das operações de acordo com o gráfico 5.

**Gráfico 5** - Concentração de Operações nos bancos BIM, BCI, SBM, Absa e Moza Banco.



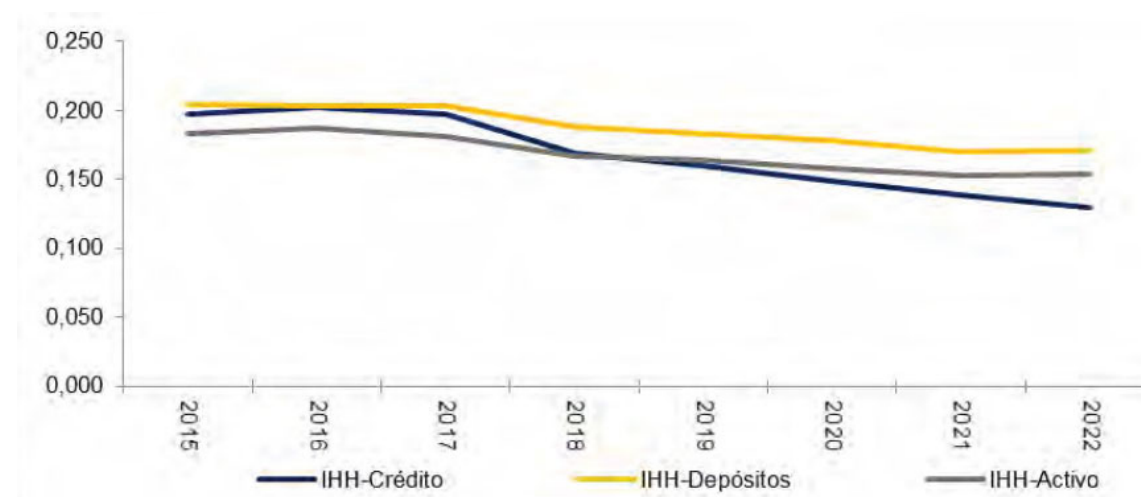
Fonte: Adaptado de Banco de Moçambique, Relatório Anual, 2022, pp. 174 e 175

Em finais de 2022, o índice de concentração Herfindahl-Hirschman (H)<sup>11</sup> fixou-se em 0,12 para créditos, 0,15 para ativos e 0,17 para depósitos. Em igual período, em 2021, esse mesmo índice era de 0,14 para créditos, 0,15 para ativos e 0,17 para depósitos. Aproximadamente 78% dos ativos totais, 73% do crédito e 82% dos depósitos do sistema bancário foram controlados pelos cinco principais bancos do sistema bancário nacional. Ao longo dos últimos anos, tem sido observada uma diminuição progressiva no grau de concentração. (Banco de Moçambique, 2022, pp. 126, 135) (Tabela 3 e Gráfico 6).

Um H abaixo de 0,15 (ou de 1,500) indica um sector não concentrado. Um H entre 0,15 e 0,25 (ou entre 1.500 e 2.500) indica uma concentração moderada.

<sup>11</sup> Índice que mede a taxa de concentração no sistema bancário.

**Gráfico 6 - Índice de Herfindahl-Hirschman no sistema bancário**



Fonte: Banco de Moçambique, Relatório Anual 2022, pp. 126

Segundo o Relatório do Banco de Moçambique (2022), “em 2022, registou-se uma redução do número de cooperativas de crédito, de sociedades de investimentos e de casas de câmbios perante um crescimento do número dos operadores de microcrédito em 31,3% para 2.096” (Tabela 4).

**Tabela 4 - Evolução do sistema bancário (instituições em atividade).**

Tipo de Instituição	2018	2019	2020	2021	2022	Variação 2021/22
Bancos	18	17	16	15	15	0
Microbancos	10	11	12	12	12	0
Cooperativas de Crédito	7	5	5	5	4	-1
Sociedades de Investimento	2	2	2	2	1	-1
Sociedades Emitentes ou Gestoras de Cartões de Crédito	1	1	1	1	1	0
Instituições de Moeda Electrónica	3	3	3	3	3	0
Sociedades Administradoras de Compras em Grupo	1	1	1	1	0	-1
Casas de Câmbios	12	11	11	11	8	-3
Organizações de Poupança e Empréstimo	12	12	12	12	13	1
Agregadores de pagamentos	0	0	0	0	1	1
Operadores de Microcrédito	790	977	1.138	1.597	2.096	499

Fonte: Banco de Moçambique, Relatório Anual 2022, pp. 118

A tabela mostra-nos a tendência para alguma estagnação e uma variação negativa no que se refere às Instituições em atividade. Tem havido, a nível global, uma alteração na evolução do sistema bancário, em grande parte causada pela evolução tecnológica que tem existido nesta área.

Contudo, destaca-se na tabela 4 uma variação positiva de 499 nos operadores de Microcrédito. Estes têm um papel relevante em Moçambique, desempenhando várias

funções importantes que contribuem para o desenvolvimento social e económico do país no fornecimento de acesso ao crédito, estimulando o desenvolvimento local, contribuindo para a inclusão financeira e alívio da pobreza.

O microcrédito é um sistema de crédito concedido essencialmente às pessoas com menores recursos financeiros. Estes microcréditos são essencialmente aplicados em pequenos investimentos que permitem a estas pessoas “crescer” a nível profissional e daí retirar, conseqüentemente, maiores rendimentos. Na generalidade, quem usufrui deste microcréditos apresenta uma maior responsabilidade do pagamento dos mesmos, honrando o seu compromisso para com os operadores.

Tendo em consideração que Moçambique é um dos países mais pobres do mundo, podemos supor que este aumento significativo dos operadores de microcrédito se deve à vontade crescente da população investir nos seus pequenos negócios, dinamizando o sistema financeiro moçambicano. E de que forma estes operadores de microcrédito os pode ajudar?

Os operadores de microcrédito em Moçambique permitem:

- O acesso aos serviços financeiros mais básicos nas zonas rurais e nas comunidades marginalizadas (inclusão financeira);
- Estimular o desenvolvimento local, financiando atividades produtivas, que geram rendas e criação de empregos nas comunidades mais remotas (muitas vezes “desprezadas” pelos grandes bancos e outras Instituições financeiras);
- Reduzir a desigualdade, com conseqüente redução da pobreza, oferecendo oportunidades a nível financeiro aos mais pobres;
- O acesso aos serviços financeiros por parte dos empreendedores de baixa renda e que de outra forma não conseguem obter qualquer financiamento;
- Impulsionar e promover a inclusão financeira, levando os serviços financeiros mais básicos às populações mais distantes e áreas rurais não abrangidas pelas Instituições financeiras.

Relativamente à expansão de agências bancárias, em 2022, registou-se uma ligeira redução, ao passar para 666 contra 668 no ano anterior, como resultado da abertura de duas agências (na Zambézia e em Inhambane), e o encerramento de quatro (4) agências bancárias (três na Cidade de Maputo e uma na província de Sofala).

Entretanto, a cidade de Maputo foi a que encerrou o ano com maior de número de agências bancárias (223), seguida das províncias de Nampula e de Maputo com 78 e 69, respetivamente (Banco de Moçambique, 2022) (Tabela 5).

**Tabela 5 - Evolução de agências bancárias em funcionamento.**

Província	2018	2019	2020	2021	2022	Variação 2021/22
Cidade de Maputo	224	236	231	226	223	-3
Província de Maputo	80	77	73	69	69	0
Gaza	34	33	36	35	35	0
Inhambane	38	37	35	35	36	1
Sofala	57	55	57	55	54	-1
Manica	32	27	29	28	28	0
Tete	41	39	41	41	41	0
Zambézia	34	33	34	34	35	1
Nampula	77	79	81	78	78	0
Cabo Delgado	35	38	40	40	40	0*
Niassa	22	25	27	27	27	0
<b>Total</b>	<b>674</b>	<b>679</b>	<b>684</b>	<b>668</b>	<b>666</b>	<b>-11*</b>

Fonte: Banco de Moçambique, Relatório Anual 2022, pp. 119

Observa-se uma variação negativa no que refere ao número de agências bancárias em funcionamento (-11). Esta tendência verifica-se essencialmente no período pós pandemia COVID-19. Apesar de não termos dados concretos sobre o motivo de fecho destas agências, podemos atribuir este decréscimo à mudança de hábitos que as populações adotaram durante e após esse período. O uso das tecnologias teve maior destaque, ao ser limitada a convivência entre humanos (devido à COVID-19).

#### 4.1 Serviços Financeiros Móveis

Uma nova ferramenta, os serviços de dinheiro móvel, permite enviar pequenas quantias de forma rápida, barata e segura para todo o país usando apenas um telemóvel. Isso permite um melhor acesso a uma rede mais ampla de remessas, das quais as famílias podem receber dinheiro. Além disso, ao permitir a partilha de riscos com outras comunidades, com baixas probabilidades de sofrer o mesmo impacto, o dinheiro móvel permite que as famílias se previnam contra eventuais problemas que afetem toda a sua aldeia (Riley, 2018).

O comportamento dos consumidores e as suas escolhas no que se refere aos meios de pagamento, são uma temática alvo de bastante curiosidade e presente em diversos casos de estudo. Existem vários fatores que podem influenciar a sua escolha no ato de pagamento, optando por um cartão, um método *mobile* ou mesmo o pagamento em numerário. Pode-se dizer, que os consumidores escolhem os seus meios de

pagamento de acordo com a sua maior conveniência, nomeadamente os que acarretam menos custos (Alarooj, 2019).

Os dados referentes ao ano 2022, em Moçambique indicam uma expansão da rede de distribuição dos Serviços Financeiros Móveis (SFM) pelo país, com destaque para o número de agentes das Instituições de Moeda Eletrónica (IME), que neste período, registaram um aumento em 55,8% para um total de 147.519 agentes (Banco de Moçambique, 2022).

Relativamente à distribuição de agentes por região do país, a zona sul destaca-se com maior peso com 54,3% do total de agentes existentes no país, seguida da zona centro com 26% e a zona norte com 19,7%. Entretanto, as províncias de Nampula, Sofala e Gaza registaram um crescimento significativo da disponibilidade dos serviços prestados pelas IME, com 74,3%, 70,6% e 61,9%, respetivamente (Tabela 7).

**Tabela 6 - Agentes das IME por regiões e por províncias.**

DESCRIÇÃO	Nº DE AGENTES		PESO (%)		Var, Anual
	2021	2022	2021	2022	(%)
<b>ZONA SUL</b>	<b>52.288</b>	<b>80.152</b>	<b>55,2</b>	<b>54,3</b>	<b>53,3</b>
Maputo Cidade	21.079	31.477	22,3	21,3	49,3
Maputo Província	19.466	30.763	20,6	20,9	58,0
Gaza	5.015	8.118	5,3	5,5	61,9
Inhambane	6.728	9.794	7,1	6,6	45,9
<b>ZONA CENTRO</b>	<b>24.967</b>	<b>38.383</b>	<b>26,4</b>	<b>26,0</b>	<b>53,7</b>
Sofala	7.044	12.018	7,4	8,2	70,6
Manica	5.175	7.737	5,5	5,2	49,5
Tete	6.151	8.104	6,5	5,5	31,8
Zambézia	6.597	10.524	7,0	7,1	59,5
<b>ZONA NORTE</b>	<b>17.442</b>	<b>28.984</b>	<b>18,4</b>	<b>19,7</b>	<b>66,2</b>
Nampula	11.041	19.243	11,7	13,0	74,3
Niassa	3.510	5.434	3,7	3,7	54,8
Cabo Delgado	2.891	4.307	3,1	2,9	48,9
<b>TOTAL</b>	<b>94.697</b>	<b>147.519</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>55,8</b>

Fonte: Banco de Moçambique, Relatório Anual 2022, pp. 126

O dinheiro móvel exige que o utilizador tenha um telemóvel e um cartão SIM da operadora de dinheiro móvel. O utilizador deve registar-se em uma conta de dinheiro móvel e pode depositar dinheiro através dos agentes dos provedores de dinheiro móvel, que geralmente têm um espaço físico em lojas. O dinheiro é então depositado eletronicamente na conta do cliente. Os clientes podem transferir dinheiro via SMS para outras pessoas, mesmo em redes diferentes, e fazer levantamentos nos agentes de sua rede em qualquer lugar do país. Os beneficiários são cobrados com uma tarifa para envio e levantamento de dinheiro de agentes, com taxas de M-Pesa em torno de uma baixa percentagem para levantamento e para envio. (Riley, 2018).

A expansão da rede de distribuição dos serviços financeiros móveis em Moçambique pode ser relacionada à inclusão financeira da população, incluindo as mulheres. Apontando algumas das relações entre esses dois aspetos:

- **Acesso facilitado aos serviços financeiros:** A expansão da rede de serviços financeiros móveis aumenta o acesso da população a serviços financeiros básicos, como contas de pagamento, transferências de dinheiro, poupança e empréstimos. Essa facilidade de acesso é especialmente benéfica para pessoas que vivem em áreas remotas ou rurais, onde as instituições financeiras tradicionais podem ter presença limitada ou mesmo não existirem. As mulheres, em particular, muitas vezes enfrentam desafios adicionais no acesso a serviços financeiros, devido a barreiras sociais, econômicas e culturais. A disponibilidade de serviços financeiros móveis ajuda a superar essas barreiras e oferece às mulheres uma oportunidade de maior inclusão financeira.
- **Empoderamento econômico das mulheres:** A inclusão financeira das mulheres é crucial para o seu empoderamento econômico. O acesso a serviços financeiros móveis permite que as mulheres controlem suas finanças, economizem, realizem transações e acessem a crédito para iniciar ou expandir seus negócios. Isso não só melhora sua capacidade de gerar renda, mas também fortalece sua independência financeira e sua tomada de decisões no âmbito econômico. A inclusão financeira das mulheres contribui para reduzir a desigualdade de gênero e promover a equidade econômica.
- **Redução da exclusão financeira:** A expansão dos serviços financeiros móveis desempenha um papel fundamental na redução da exclusão financeira, tanto para homens quanto para mulheres. Aqueles que anteriormente não tinham acesso a serviços financeiros formais agora podem utilizar serviços móveis para realizar transações financeiras básicas. Isso promove a inclusão financeira em geral, permitindo que a população, incluindo as mulheres, participe plenamente da economia formal e se beneficie das oportunidades financeiras e econômicas disponíveis.
- **Promoção da educação financeira:** A expansão dos serviços financeiros móveis geralmente é acompanhada de iniciativas de educação financeira. Essas iniciativas visam aumentar a compreensão das pessoas sobre como usar os serviços financeiros móveis de forma eficaz e responsável. No caso das mulheres, a educação financeira é particularmente importante, pois pode

capacitá-las a tomar decisões financeiras informadas, administrar suas finanças pessoais e de negócios, e buscar oportunidades de crescimento econômico.

Resumindo, a expansão da rede de distribuição dos serviços financeiros móveis em Moçambique desempenha um papel crucial na inclusão financeira da população, incluindo as mulheres. Isso ocorre por meio do acesso facilitado aos serviços financeiros, empoderamento econômico das mulheres, redução da exclusão financeira e promoção da educação financeira. Essa expansão é fundamental para impulsionar a inclusão financeira e promover o desenvolvimento econômico e social sustentável no país.

Segundo o Banco de Moçambique (2022, pp 164), durante o período em análise, o volume de transações pela IME totalizou 1.058.638.720 contra um total de 880.898.764 transações em 2021, o maior volume de transações registou-se na categoria de transferências, com um peso de 165 cerca de 32%, seguida de operações de compra de moeda eletrônica com 24,8%, levantamento com 2,9% e, por último, os pagamentos com 19,3% (Tabela 7).

**Tabela 7 - Transações dos serviços financeiros móveis**

Descrição	Quantidade		Peso (%)	
	2021	2022	2021	2022
Operações de compra de moeda eletrônica ( <i>Cash in</i> )	189.075.702,0	262.061.371,0	21,5	24,8
Levantamentos ( <i>Cash out</i> )	211.766.904,0	253.324.360,0	24,0	23,9
Transferências	324.105.667,0	338.533.791,0	36,8	31,9
Pagamentos	155.950.491,0	204.719.198,0	17,7	19,3
<b>TOTAL</b>	<b>880.898.764,0</b>	<b>1.058.638.720,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco de Moçambique, Relatório Anual 2022, pp. 164

Ainda segundo o Banco de Moçambique (2022), em termos de distribuição territorial, a cidade Maputo concentra 34% de agências bancárias, seguida das províncias de Nampula com 12% e de Maputo com 11%. As províncias que apresentam menores níveis de concentração de agências bancárias são de Niassa e de Manica com 4% cada (Tabela 8) (Figura 1).

**Tabela 8 - Evolução dos pontos de acesso a serviços financeiros**

Provincia	2021				2022				Var, Sem IME (%)	Var, com IME (%)
	Agências Banc, (1)	Peso (%)	Agentes IME (2)	Total (1+2)	Agências Banc, (1)	Peso (%)	Agentes IME (2)	Total (1+2)		
C. Maputo	224	34,0	21.079	21.303	223	34,0	31.477	31.700	-0,5	48,8
P. Maputo	69	10,0	19.466	19.535	69	11,0	30.763	30.832	0,0	57,8
Gaza	35	5,0	5.015	5.050	35	5,0	8.118	8.153	0,0	61,5
Inhamb.	35	5,0	6.728	6.763	36	5,0	9.794	9.830	2,9	45,4
Sofala	54	8,0	7.044	7.098	54	8,0	12.018	12.072	0,0	70,1
Manica	28	4,0	5.175	5.203	28	4,0	7.737	7.765	0,0	49,2
Tete	41	6,0	6.151	6.192	41	6,0	8.104	8.145	0,0	31,5
Zambézia	34	5,0	6.597	6.631	35	5,0	10.524	10.559	2,9	59,2
Nampula	78	12,0	11.041	11.119	78	12,0	19.243	19.321	0,0	73,8
C. Delgad.	40	6,0	3.510	3.550	31	5,0	5.434	5.465	-22,5	53,9
Niassa	27	4,0	2.891	2.918	27	4,0	4.307	4.334	0,0	48,5
<b>Total</b>	<b>665</b>	<b>100,0</b>	<b>94.697</b>	<b>95.362</b>	<b>657</b>	<b>100,0</b>	<b>147.519</b>	<b>148.176</b>	<b>-1,2</b>	<b>55,4</b>

Fonte: Banco de Moçambique, Relatório Anual 2022, pp. 166

Os pontos de acesso a serviços financeiros, incluindo os agentes das IME, aumentaram para 148.176 em 2022, contra 95.362 registados no ano de 2021. Este aumento na ordem de 55,4%, foi determinado pelo crescimento significativo dos agentes das IME, uma vez que o número de agências bancárias registou uma variação negativa.

Para fazer face à redução das Intuições Bancárias, os agentes IME podem ser uma grande alternativa para a população. E o aumento significativo destes agentes pode ser uma prova disso mesmo.

Tendo em conta que os agentes IME conseguem oferecer serviços mais simplificados e chegar a um maior número de Moçambicanos, é expectável que esta tendência crescente se vá verificar nos próximos anos.

Figura 1 - Mapa de Províncias e Capitais de Moçambique



Fonte: Site Researchgate.<sup>12</sup>

#### 4.2 Indicadores de Inclusão Financeira

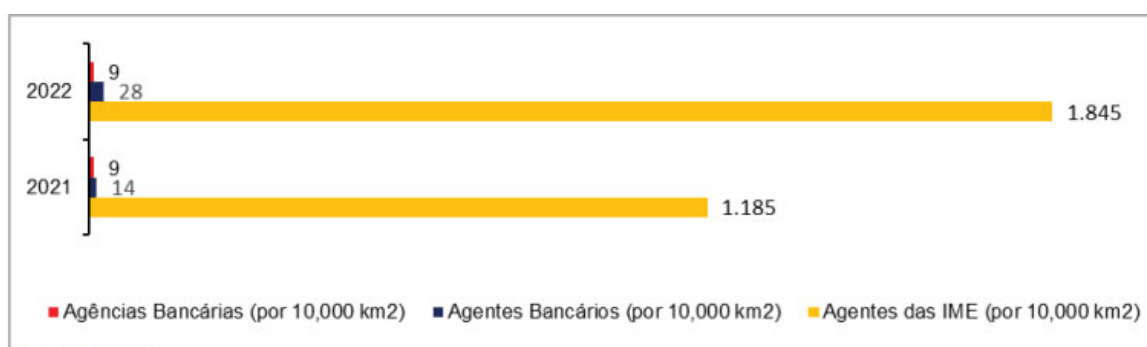
Para Carvalho *et. al.* (2020), as novas tecnologias ajudam a ultrapassar os problemas das fracas infraestruturas física e institucionais e da estrutura de custos fixos da banca

<sup>12</sup> [https://www.researchgate.net/figure/Figura-4-Mapa-das-provincias-de-Mocambique\\_fig2\\_339848857](https://www.researchgate.net/figure/Figura-4-Mapa-das-provincias-de-Mocambique_fig2_339848857), 20 de maio de 2023

incumbente. Fracos níveis de especialização, pequena dimensão para amortizar crescentes custos com a atividade de supervisão, volatilidade, informalidade e má governação colocam constrangimentos à viabilidade comercial de muitas instituições financeiras nos países em desenvolvimento (Beck e Cull, 2013).

Em termos de acesso geográfico, os agentes das IME passaram para uma cobertura de mais de 600, passando 1.185 agentes por cada 10.000 km<sup>2</sup> em 2021 para 1.845 em 2022. Por seu turno, o acesso geográfico dos agentes bancários, registou um incremento em 100% ao passar de 14 para 28 agentes em cada 10.000 km<sup>2</sup> em 2022 (Gráfico 7).

**Gráfico 7 - Acesso Geográfico das Agências Bancárias, Agentes Bancários e Agentes das IME**



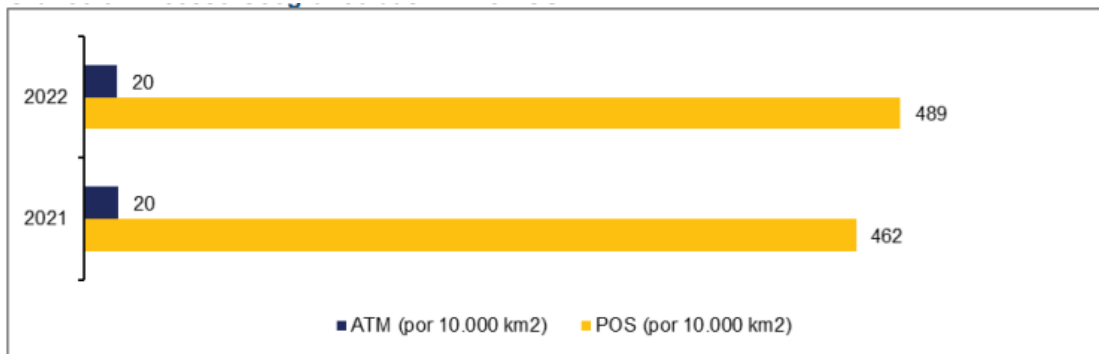
Fonte: Banco de Moçambique, Relatório Anual 2022, pp. 167

“Os pobres, na sua maioria, não conseguem suportar os requisitos mínimos de saldo médio e de encargos bancários típicos, para além de não terem produtos e serviços ajustados às suas necessidades. A tecnologia do telemóvel oferece às financeiras tecnológicas vantagem comparativas de disponibilizar, de imediato, soluções ajustáveis a todos os rendimentos otimizando infraestruturas instaladas com ganho de escala para a distribuição generalizada através de canais seguros articulados em rede. Com o dinheiro móvel, os cidadãos mal servidos pela banca incumbente ganham um meio seguro de transferência e pagamento a um custo competitivo, e o armazenamento seguro e privado de fundos” (Aron, 2018). Para Veniard (2010), o dinheiro móvel preencheu uma lacuna e "mudou a economia das contas pequenas".

Neste contexto as ATM e os terminais POS são um importante apoio ao comércio, e atividades secundárias.

Em relação às ATM e POS, observou-se um aumento de POS que passaram para 489 POS em 2022 contra 462 POS por cada 10.000 km<sup>2</sup> em 2021. Os ATMs não registaram nenhuma variação, tendo se mantido em 20 ATMs por cada 10.000 km<sup>2</sup> (Gráfico 8).

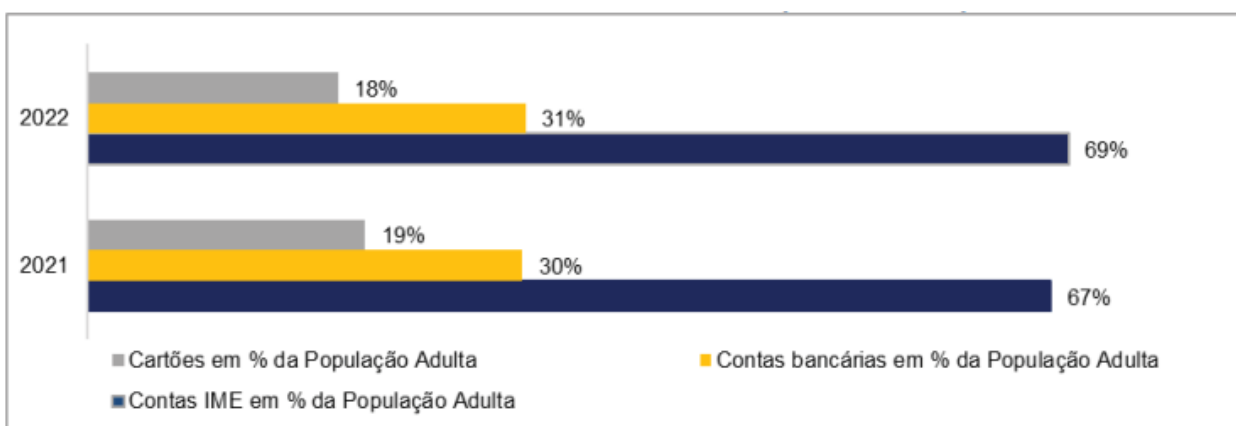
**Gráfico 8 - Acesso Geográfico das ATM e POS**



Fonte: Banco de Moçambique, Relatório Anual 2022, pp. 167

Segundo o Banco de Moçambique (2022), “a proporção de contas em IME no total da população adulta observou um crescimento ligeiro, ao passar para 69% após 67% em 2021. Por seu turno, a proporção de cartões bancários no total da população adulta registou uma ligeira redução, ao passar para 18% contra 19% em 2021. Relativamente à proporção de contas bancárias sobre o total da população adulta, houve igualmente um crescimento ligeiro para 31%, mais 1 pp em relação a 2021” (Gráfico 9).

**Gráfico 9 - Contas Bancárias e Cartões Bancários em Proporção da População Adulta**



Fonte: Banco de Moçambique, Relatório Anual 2022, pp. 167

Números mais recentes do Banco de Moçambique, com dados disponíveis até abril de 2023, demonstram a tendência quanto ao número de contas abertas nos bancos e nas instituições de moeda eletrónica desde o ano 2018, assim como o número de cartões bancários em circulação (Banco de Moçambique, 2023)<sup>8</sup> (Tabelas 10 e 11).

**Tabela 10 - Contas Bancárias e Cartões Bancários em Proporção da População Adulta**

Contas	2018	2019	2020	2021	2022	2023 <sup>7</sup>
Homens	3.267.677	3.012.788	3.162.654	3.266.131	3 451 865	3 440 763
Mulheres	1.519.041	1.595.194	1.667.726	1.700.898	1 802 489	1 807 446
Outros <sup>8</sup>	141.993	138.953	136.973	178.862	155 794	157 754
IME <sup>9</sup>	7.985.879	8.985.523	10.812.018	11.412.194	11 975 063	13 735 572

Fonte: Banco de Moçambique, Relatório Anual 2022, pp. 17

**Tabela 11 – Cartões bancários em circulação.**

Descrição	2018	2019	2020	2021	2022	2023 <sup>10</sup>
<b>Nº de Cartões Bancários</b>	<b>3.332.349</b>	<b>3.201.676</b>	<b>3.194.148</b>	<b>4.323.681</b>	<b>3 434 454</b>	<b>3 830 323</b>
Débito	3.160.026	2.780.814	2.907.778	2.960.485	3 018 582	3 408 709
Crédito	119.683	321.728	124.134	117.592	120 252	116 175
Pré-Pagos	52.640	99.134	162.237	268.017	295 620	305 439

Fonte: Banco de Moçambique, Relatório Anual 2022, pp. 17

Analisadas as tabelas é notório o número crescente quer de contas bancárias quer de cartões bancários em circulação. Destaca-se o aumento significativo de cartões comparativamente com o ano 2018. No gráfico 7 observa-se um aumento ligeiro das contas abertas nos bancos e nas instituições de moeda eletrónica entre 2020 e 2021. No caso dos cartões bancários em população ativa consegue-se verificar uma pequena quebra. Contudo, e com os dados de 2023 do Banco de Moçambique, podemos destacar uma recuperação significativa, tendo conseguido atingir até abril de 2023 valores semelhantes aos verificados em todo ano 2022. O número de cartões bancários em circulação é mesmo superior. Podemos atribuir a este fenómeno a recuperação pós COVID-19, no entanto trata-se de uma suposição (não havendo dados que possam sustentar esta argumentação).

### **4.3A da Base da Pirâmide (BoP) como motor de desenvolvimento**

Lashitew, van Tulder & Lukas Muche (2019) observam que a literatura que introduziu o conceito de Base da Pirâmide (BoP), enfatizou a necessidade de criar valor social através de esforços colaborativos de cocriação que envolvem ativamente as comunidades locais (Dahan et al., 2010; Nahi, 2016; Simanis & Hart, 2009).

A ênfase no envolvimento de diversos stakeholders para a criação de valor social é também partilhada pelos fluxos de literatura relacionados sobre modelos de negócio sustentáveis e parcerias intersectoriais (Caldwell et al., 2017; Freudenreich et al., 2019; Seitanidi & Crane, 2013; Yang et al., 2017). Ao mesmo tempo que permitem um maior impacto social, as estratégias colaborativas ajudam as empresas BoP a integrar as suas capacidades com os recursos do ecossistema para criar novas oportunidades de empreendedorismo e inovação (Rivera-Santos et al., 2012; Sanchez & Ricart, 2010).

Para as empresas multinacionais, as colaborações com os atores locais podem melhorar a compreensão do mercado local, e as condições institucionais (Rivera-Santos et al., 2012), ao mesmo tempo que dão acesso a inputs sinérgicas como conhecimento local, contactos e legitimidade social (Webb et al., 2010). Além disso, a colaboração com a sociedade civil local e as agências governamentais permite mobilizar um amplo espectro de recursos e redes sociais que são necessários para atingir o impacto social sistémico (Nahi, 2016).

Existem implicações nas abordagens empresariais colaborativas que promovem uma maior interdependência entre uma empresa específica e seu ecossistema, que inclui parceiros, fornecedores, clientes e outros intervenientes sociais. Essas abordagens podem trazer desafios complexos de coordenação. A coordenação refere-se à organização e sincronização das atividades realizadas pelos diferentes intervenientes sociais dentro desse ecossistema. Quando várias partes estão envolvidas na criação de valor, é necessário coordenar suas ações para garantir uma operação eficiente e eficaz. No entanto, esse processo de coordenação pode ser difícil e dispendioso. Especialmente em economias emergentes e em desenvolvimento, onde há "vazios institucionais", ou seja, falta de estruturas legais, regulatórias e sociais bem estabelecidas. Esses vazios institucionais dificultam a criação de mecanismos formais de coordenação e exigem esforços adicionais para estabelecer e manter a coordenação entre as partes envolvidas. Assim, ao adotar abordagens empresariais

colaborativas que promovam uma maior interdependência com o ecossistema, as empresas podem enfrentar desafios complexos de coordenação, especialmente em economias emergentes e em desenvolvimento com vazios institucionais. Isso implica que é necessário um esforço adicional para superar esses desafios e alcançar uma coordenação eficaz entre os intervenientes sociais envolvidos na criação de valor (Mair et al., 2012).

Instituições formais em falta e ineficientes sob a forma de direitos de propriedade inseguros, sistemas judiciais deficientes e mecanismos de execução de contratos deficientes aumentam os custos de transação (Williamson, 1985). Além disso, a falta de instituições de mercado em domínios como as notas e normas, a governação das sociedades e o acompanhamento externo aumenta os custos de negociação, monitorização, coordenação e execução de contratos (Yiu et al., 2007).

Para Carvalho (2020, pp 37), “a decisão de promover alianças implica o desenvolvimento das capacidades ligadas à aprendizagem e à confiança, de onde emerge a necessidade de uma maior, e melhor, comunicação *intra* e entre organizações. Assim, a comunicação gerada em contextos de elevada complexidade permite uma melhor gestão de conflitos facilitando a estabilidade e equidade em que a gestão de dados assume protagonismo tendo em conta que a identificação, captura, armazenagem e tratamento de informação significa poder”.

Deste modo, as organizações através de mecanismos de aprendizagem interagem ao longo da trajetória tendendo a criar valor através da geração de competências originadas na solução de problemas formulando um potencial círculo virtuoso.

## 5. A moeda digital no apoio à inclusão financeira em Moçambique

Em dezembro de 2022 fui co-autora do artigo intitulado *Mobile Money to Support financial inclusion in Mozambique*, com a seguinte caracterização académica, e que junto:

Carvalho, R.; Matias, M.; Moisés, I. & Coelho, M. (2022). *Mobile Money to Support financial inclusion in Mozambique*. Revista da UI\_IPSantarém. Edição Temática: Ciências Exatas e da Engenharia. Número Especial: Conferência Internacional em Transformação Digital: Cooperação Internacional, multiculturalidade, trabalho colaborativo e ambientes inclusivos, sustentáveis e resilientes. 10(4), 118-138. <https://doi.org/10.25746/ruiips.v10.i4.29114>

É este trabalho que apresento para discussão nestas provas de mestrado.

## 6 Conclusão

Carvalho, Matias, Moisés. & Coelho (2022) sugerem que “as novas tecnologias têm contribuído para a redução de custos, principalmente para pagamentos de pequena escala ou direcionadas a áreas rurais. No entanto, a chave para expandir o acesso às remessas tem sido as maneiras pelas quais essas novas redes digitais se cruzam com as economias de compartilhamento informal, ou seja, com redes sociais suportadas na família e na confiança” concluindo que “a rutura digital nas sociedades em desenvolvimento muitas vezes depende da integração social das plataformas e trilhos de pagamento, destacando a importância da confiança no alcance e operação dos sistemas de pagamento. Redes e grupos informais de apoio mútuo, bem como outros intermediários financeiros - agiotas alternativos, hawaladars, lojas de varejo e agiotas - surgiram assim como parceiros essenciais em sistemas de remessa digital. Uma perspectiva mais ampla que considera os aspetos espaciais, relacionais e temporais dessas formações, portanto, facilita uma melhor compreensão de suas dinâmicas de base, transfronteiriças e globais, e suas implicações para o poder e a desigualdade (Rodima-Taylor & Grimes, 2019; Dai, 2022)”.

Em Moçambique o dinheiro móvel é uma indústria em desenvolvimento, estando envolvidas não só Instituições Financeiras como vários operadores de redes móveis. A disponibilização do dinheiro móvel permite aos utilizadores executar diversas transações financeiras utilizando um simples telemóvel: enviar e receber valores monetários, comprar bens e serviços ou simplesmente pagar contas. Apresenta assim um papel crucial na inclusão financeira, principalmente quando falamos de um país em que a pobreza atinge várias regiões.

Este trabalho teve como foco várias áreas relevantes em que é necessária uma investigação mais aprofundada, designadamente:

1. Quais são os fatores relevantes para a aceitação do dinheiro móvel nas regiões de trabalho e a sua mobilidade ao nível das famílias?
2. Como é que o dinheiro móvel pode ajudar a promoção para a inclusão financeira, da mulher e da redução da pobreza?

Começando pela primeira questão podemos destacar como fatores relevantes a confiança, o crescimento e expansão dos agentes financeiros e a criação de

mecanismos facilitadores para o acesso ao dinheiro móvel por parte das populações. O artigo “A Moeda Digital no apoio à inclusão financeira em Moçambique” destaca a componente Ética como um fator crucial na integração do dinheiro móvel num ambiente em que os principais utilizadores são pobres. A transparência é essencial em todo este processo para ganho de confiança destas comunidades. É necessário levar às populações mais remotas e pobres o acesso aos serviços financeiros. Contudo, estaremos sempre dependentes da perceção e da forma como as comunidades farão uso do conjunto desses mesmos serviços. É aqui que se realça a importância da informação, da formação das populações e regulamentação.

Por outro lado, temos um elemento comum a grande parte da população de Moçambique: a falta de confiança no Governo e nas Instituições Governamentais. Este pode ser um fator positivo para o crescimento do dinheiro móvel.

Como já foi referido no capítulo 4, no ano 2022, Moçambique viu uma enorme expansão da rede de distribuição dos Serviços Financeiros Móveis (SFM), com destaque para o número de agentes das Instituições de Moeda Eletrónica (IME), que neste período, registaram um aumento em 55,8% para um total de 147.519 agentes (Banco de Moçambique, 2022). A expansão da rede de serviços financeiros móveis aumenta o acesso da população a serviços financeiros básicos, como contas de pagamento, transferências de dinheiro, poupança e empréstimos. Essa facilidade de acesso é especialmente benéfica para pessoas que vivem em áreas remotas ou rurais, onde as instituições financeiras tradicionais podem ter presença limitada ou mesmo não existirem. A Tabela 8, referente à evolução do número de pontos de acesso a serviços financeiros, mostra-nos que mesmo nas regiões mais remotas há um aumento significativo dos agentes financeiros, nomeadamente na zona norte do país – Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia - o que vem reforçar a sua importância na expansão do dinheiro móvel. De 2021 para 2022 há uma variação positiva significativa dos pontos de acesso a serviços financeiros em todo o país, contemplando as Instituições de Moeda Eletrónica. Destacam-se as regiões de Sofala e Nampula. Quanto ao número de Instituições de Moeda Eletrónica, é na cidade de Maputo e na Província de Maputo que este é superior.

A expansão destes agentes financeiros é fundamental para impulsionar a inclusão financeira e promover o desenvolvimento económico e social sustentável no país.

Criar mecanismos facilitadores de acesso ao dinheiro móvel pode ser crucial para o seu sucesso. A acessibilidade através de um simples telemóvel é um elemento facilitador para as transações dentro e fora das comunidades, minimizando os riscos que podem vir a surgir causados por fatores externos não controláveis.

Abordando a segunda questão, importa referir que tem havido um maior foco no contexto do impacto das remessas na suavização do consumo. Contudo, há outras possíveis implicações para além das remessas sejam elas referentes aos mercados domésticos, seja, também, de transferências internacionais (com diversas dificuldades formais). Podem ajudar a fomentar o desenvolvimento socioeconómico através da dinamização do consumo se o dinheiro móvel for utilizado como instrumento de troca de valor e utilizado para fins produtivos.

No entanto, também podem contribuir negativamente, se os agregados familiares recetores os considerarem como substitutos da sua atividade geradora de rendimentos e dependerem deles para a subsistência. Assim, é importante estabelecer mais uma utilização principal das remessas, nomeadamente nas zonas rurais. Além disso, o dinheiro móvel é cada vez mais utilizado para uma série de outros fins, como a poupança e seguro seja de saúde, de segurança e de fins produtivos (na agricultura, p.e.).

A investigação sugere que o dinheiro móvel tende a apoiar a inclusão de grupos sócio económicos menos favorecidos, designadamente mulheres e jovens, e em particular nas zonas rurais. Contudo e tendo em conta a ausência de moeda fiduciária para promover mecanismos de troca (o designado mercado) ou de investimento (para a aquisição do telemóvel) não é claro se este envolvimento possa ser natural à medida que o mercado se desenvolve ou se é exigível uma intervenção política seja de âmbito local, regional ou nacional.

A inclusão financeira das mulheres é crucial para o seu empoderamento económico. O acesso a serviços financeiros móveis permite que as mulheres controlem as suas finanças, economizem, realizem transações e acedam a crédito para iniciar ou expandir os seus negócios. Isso não só melhora sua capacidade de gerar renda, mas também fortalece a sua independência financeira e a sua tomada de decisões no âmbito económico.

Mas não podemos esquecer toda a componente cultural que caracteriza Moçambique. Perante a comunidade o papel do homem tem muito mais destaque do que o papel da mulher. Este fator pode ser uma limitação para o empoderamento da mulher moçambicana. Na Tabela 10, demonstrativa das Contas Bancárias e Cartões Bancários em Proporção da População Adulta, é bastante perceptível que existe uma grande discrepância no número de contas bancárias e cartões bancários entre homens e mulheres, com as mulheres claramente em desvantagem. Esta tendência tem-se vindo a manter ao longo dos anos, desde 2018 até 2023.

O dinheiro móvel pode ser a “salvação” para a população com mais baixos rendimentos, que muitas vezes vêm negado o acesso às Instituições Bancárias porque não cumprem os requisitos mínimos para abrir uma simples conta (p.e. existem pessoas que não possuem ainda qualquer elemento de identificação, devido à ausência de registos).

Como referido por Carvalho (2020, pp. 141), as carteiras virtuais tendem a substituir a moeda fiduciária. O dinheiro está a ser codificado e transportado em potentes ferramentas de encriptação. A codificação do dinheiro, dos mercados, dos pagamentos e da confiança é o próximo grande ponto de inflexão da história dos serviços financeiros. E da política monetária dos governos e bancos centrais.

### **6.1 Limitações e sugestões para investigação**

Este trabalho foi sucedâneo ao artigo publicado em coautoria (Carvalho et al, 2022). Assim, é aceitável que as limitações e sugestões para futuras investigações esteja ancorada em Carvalho, Dai Inguane, Coelho & Matias (2022), e já citado em Dai (2022).

A análise dos indicadores nesta investigação permitem concluir que o mobile money veio criar novas tendências de participação financeira de pessoas até então excluídas, e que carecem de serviços mais específicos com características próprias. Qual o impacto, a curto-médio prazo, no comportamento da sociedade e nos indicadores financeiros do país?

Com o desenvolvimento tecnológico e expansão de novas plataformas baseadas em tecnologia no espaço de remessas, serão os atores locais substituídos ao longo do tempo?

Assim, o desenvolvimento de tecnologias financeiras ajustadas às necessidades socioeconómicas que dinamizem o humanismo e a inclusão dos menos favorecidos é um passo sustentável para uma sociedade mais feliz.

## 7. Bibliografia

Ahmad, A. H; Green, C.; Jiang, F. (2020). "Mobile Money, financial inclusion and development: a review with reference to african experience". *Journal of Economics Surveys*.

Alarooj, N. (2019). "Which factors influence consumer's choice of payment method when purchasing online?"

Aron, J. (2018). "Dinheiro móvel and the Economy: A Review of the Evidence." *World Bank Research Observer* 33 (2):135–188.

Ashraf; Gons, N.; Karlan, N.; Wesley (2003). "A Review of Commitment Savings Products in Developing Countries." Working Paper, Economic and Research Department Series 45, Asian Development Bank, Mandaluyong, Philipp.

Beck, T.; Cull, R. (2013). "Banking in Africa." Policy Research Working Paper 6684, World Bank Washington, DC.

Beck, T., Demirguc-Kunt A.; Peria, M.S.M. (2007). "Reaching out: access to and use of banking services across countries". *Journal of Financial Economics* 85(1): 234–266.

Benami, B & M. Carter (2020). "Can digital technologies reshape rural microfinance? Implications for savings, credit, & insurance". *Agricultural & Applied Economics Association*.

Broadbent, B. (2016). Speech by Mr Ben Broadbent, Deputy Governor for Monetary Policy of the Bank of England, at the London School of Economics, London.

Caldwell, N. D.; Roehrich, J. K.; George, G. (2017). "Social value creation and relational coordination in public-private collaborations". *Journal of Management Studies*, 54, 906–928.

Callesen, P. (2017). "Can banking be sustainable in the future? A perspective from Danmarks Nationalbank", speech at the Copenhagen Business School, 100 years celebration event, October.

Carvalho, R. M. (2019) *Dilema das Alianças – Defesa do humanismo na Era da Inteligência Artificial*, Lidel – Edições Técnicas.

Carvalho, R.; Matias, M.; Moisés, I. & Coelho, M. (2022). "Dinheiro móvel no apoio à inclusão financeira em Moçambique." *Revista da UI\_IPSantarém*. Edição Temática: Ciências Exatas e da Engenharia. Número Especial: Conferência Internacional em Transformação Digital: Cooperação Internacional, multiculturalidade, trabalho colaborativo e ambientes inclusivos, sustentáveis e resilientes. 10(4), 118-138. <https://doi.org/10.25746/ruiips.v10.i4.29114>.

Carvalho, R., Vieira, C. & Soares, I. (2020). Dinheiro móvel como instrumento de desenvolvimento rural no norte de Moçambique. Conferência Virtual A Transformação Digital e Tecnologias em Tempo de Pandemia. *Revista da UI\_IPSantarém*. Edição Temática: Ciências Exatas e Engenharias. 8(4), 7-26. <https://revistas.rcaap.pt/uiips/>.

- Chichava, A., “Moeda Digital do Banco Central e as suas implicações para a Estabilidade Financeira. XIV Jornadas Científicas do Banco de Moçambique. Maio 2023
- Dahan, N. M.; Doh, J. P.; Oetzel, J.; Yaziji, M. (2010). “Corporate-NGO collaboration: Co-creating new business models for developing markets”. *Long Range Planning*, 43, 326–342.
- Dupas, P.; Robinson, J. (2013). “Savings Constraints and Microenterprise Development: Evidence from a Field Experiment in Kenya.” *American Economic Journal: Applied Economics* 5.
- Franklin, D. (2017). “Megatech – As grandes inovações do futuro”. Edição Clube do Autor.
- Freudenreich, B.; Lüdeke-Freund, F.; Schaltegger, S. (2019). “A stakeholder theory perspective on business models: Value creation for sustainability”. *Journal of Business Ethics*, 116, 3–18.
- Gugerty, M. K. (2007). “You Can't Save Alone: Commitment in Rotating Savings and Credit Associations in Kenya.” *Economic Development and Cultural Change* 55(2): 251–82.
- Kiff, J.; Alwazir, J.; Davidovic, S.; Farias, A.; Khan, A.; Khiaonarong, T.; Malaika, M.; Monroe, K. H.; Sugimoto, N.; Tourpe, H.; Zhou, P. (2020). “A Survey of Research on Retail Central Bank Digital Currency” IMF Working Paper.
- Kuznets, S. (1973). “Modern Economic Growth: Findings and Reflections”. In *The American Economic Review* (Vol.63, Issue 3, pp.247-258).
- Lashitew, A. A.; Van Tulder, R. (2019). “The limits and promises of embeddedness as a strategy for social value creation. *Critical Perspectives on International Business*”, 16, 100–115. <https://doi.org/10.1108/cpoib-02-2018-0021>.
- Lasse, B.; Giné, Xavier; Goldberg, J.; Yang, D. (2016). “Facilitating Savings for Agriculture: Field Experimental Evidence from Malawi.” *Economic Development and Cultural Change* 64(2): 187–220.
- Levine, R. (2005). “Finance and growth: theory and evidence”. In P. Aghion and S.N. Durlauf (eds.), *Handbook of Economic Growth*, Vol. 1A (pp. 865–933). Amsterdam: Elsevier.
- Lewis, W.A. (1988). “The roots of development theory” . In H. Chenery and T. Srinivasan (eds.), *Handbook of Development Economics*, Vol. 1 (pp. 27–37). Amsterdam: Elsevier.
- Mair, J.; Martí, I.; Ventresca, M. J. (2012). “Building inclusive markets in rural Bangladesh: How intermediaries work institutional voids”. *Academy of Management Journal*, 55, 819–85.
- Nahi, T. (2016). “Cocreation at the base of the pyramid: Reviewing and organizing the diverse conceptualizations.” *Organization & Environment*, 29, 416–437.
- Prina, S. (2015). “Banking the Poor via Savings Accounts: Evidence from a Field Experiment.” *Journal of Development Economics* 115: 16–31.

- Riley, E. (2018). "Mobile money and risk sharing against village shocks". *Journal of Development Economics*, 135, 43-58.
- Rivera-Santos, M.; Rufín, C.; Kolk, A. (2012). "Bridging the institutional divide: Partnerships in subsistence markets". *Journal of Business Research*, 65, 1721–1727.
- Sanchez, P.; Ricart, J. E. (2010). "Business model innovation and sources of value creation in low-income markets". *European Management Review*, 7, 138–154.
- Seitanidi, M. M.; Crane, A. (2013). "Social partnerships and responsible business: A research handbook. Routledge". Routledge.
- Sen, A.K. (1988). "The concept of development". In H. Chenery and T.N. Srinivasan (eds.), *Handbook of Development Economics*, Vol. 1 (pp. 9–26). Amsterdam: Elsevier.
- Simanis, E.; Hart, S. L. (2009). "Innovation from the inside out". *MIT Sloan Management Review*, 50(4), 77.
- Soursourian, M.; Lahaye, E. (2015). "International Funding for Financial Inclusion: What's New?". Washington, DC: CGAP.
- Taylor, D. R.; Grimes, W. W. (2019): "International remittance rails as infrastructures: embeddedness, innovation and financial access in developing economies". *Review of International Political Economy*, DOI: 10.1080/09692290.2019.1607766.
- Webb, J. W.; Kistruck, G. M.; Ireland, R. D.; Ketchen, D. J. Jr. (2010). "The entrepreneurship process in base of the pyramid markets: The case of multinational enterprise/nongovernment organization alliances". *Entrepreneurship Theory and Practice*, 34, 555–581.
- Williamson, O. E. (1985). "The economic institutions of capitalism: Firms, markets, relational contracting". Free Press.
- Yang, M.; Evans, S.; Vladimirova, D.; Rana, P. (2017). "Value uncaptured perspective for sustainable business model innovation". *Journal of Cleaner Production*, 140, 1794–1804.
- Yiu, D. W.; Lu, Y.; Bruton, G. D.; Hoskisson, R. E. (2007). "Business groups: An integrated model to focus future research". *Journal of Management Studies*, 44, 1551–1579.
- Yin, R.K. (2008). "Case Study Research: Design and Methods (Applied Social Research Methods)" 4th edition. Sage Publications.

## Webgrafia

- Atlas Mundial de Dados (2017).  
<https://pt.knoema.com/atlas/Mo%c3%a7ambique/Niassa-prov%c3%adncia/GDP-Per-Capita-at-Current-Prices>, em 14 de abril de 2023.

Banco de Portugal (2022). “Banco de Portugal atualiza séries longas do setor bancário português” <https://bpstat.bportugal.pt/conteudos/noticias/1720>, 18 de março de 2023.

Banco de Portugal (2023). “Comunicado do Banco de Portugal sobre o Relatório dos Sistemas de Pagamentos de 2022”. <https://www.bportugal.pt/comunicado/comunicado-do-banco-de-portugal-sobre-o-relatorio-dos-sistemas-de-pagamentos-de-2022>, 19 de maio de 2023.

Banco de Portugal (2023). “Relatório dos Sistemas de Pagamento, 2022” Banco de Portugal, disponível em <https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/rsp2022.pdf>, 19 de maio de 2023.

Banco Mundial (2023). “Relatório Actualidade Económica de Moçambique - Moldando o Futuro: O Papel dos Serviços no Crescimento Económico e Geração de Empregos”. <https://www.worldbank.org/pt/country/mozambique/publication/mozambique-economic-update-9>, em 19 de maio de 2023.

Jornal de Negócios (2023). “FMI prepara plataforma global para moedas digitais emitidas por bancos centrais” <https://www.jornaldenegocios.pt/mercados/criptoativos/detalhe/fmi-prepara-plataforma-global-para-moedas-digitais-emitidas-por-bancos-centrais>, 19 de junho de 2023.

Lithwick, N. (2019). “Modelo of Economic Growth. Economic Growth in Canada, 67 (268), 5-7. <https://doi.org/10.3138/9781487586065-004>, em 30 de março de 2023.

Porto Editora (2023). “Desenvolvimento no Dicionário infopédia da Língua Portuguesa. Porto: Porto Editora. [consult. 2023-07-02 18:34:57], <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/desenvolvimento>, em 29 de março de 2023.

Público (2023). “Pagamentos eletrónicos continuam a subir, mas custos travam transferências imediatas”. <https://www.publico.pt/2023/04/27/economia/noticia/pagamentos-electronicos-continuam-subir-custos-travam-transferencias-imediatas-2047632>, 19 de junho de 2023.

Relatório Actualidade Económica de Moçambique - Moldando o Futuro: O Papel dos Serviços no Crescimento Económico e Geração de Empregos. Banco Mundial (Março 2023). <https://www.worldbank.org/pt/country/mozambique/publication/mozambique-economic-update-9>, em 19 de maio de 2023.

Suri, T., Jack, W. G. (2016). The long run poverty and gender impacts os mobile money. *Science*, 354 (6317), 1288-1292. <https://doi.org/10.1126/science.aah5309>, 19 de março de 2023.

Veniard, C. (2010). “How Agent Banking Changes the Economics of Small Accounts.” Brief written for the Global Savings Forum, Bill & Melinda Gates Foundation, Seattle, November. <https://docs.gatesfoundation.org/documents/agent-banking.pdf>, 18 de março de 2023.

Yin, R. K. (2008). Case Study Research: Design and Methods. SAGE Inc. <https://doi.org/10.1097/00005053-199102000-00025>, 18 de março de 2023.

# **ANEXO**

**10 - 4 | 2022**

---

## **A Moeda Digital no apoio à inclusão financeira em Moçambique**

*Mobile Money to support financial inclusion in Mozambique*

**Rui M. de Carvalho | Joaquim T. Dai | Moisés Inguane |  
Marta Coelho | Manuel Matias**

---

### **Versão eletrónica**

URL: <https://revistas.rcaap.pt/uiips/> ISSN: 2182-9608

Data de publicação: 30-12-2022 Páginas: 21

### **Editor**

Revista UI\_IPSantarém

### **Referência eletrónica**

Carvalho, R.; Matias, M.; Moisés, I. & Coelho, M. (2022). Mobile Money no apoio à inclusão financeira em Moçambique. *Revista da UI\_IPSantarém. Edição Temática: Ciências Exatas e da Engenharia*. Número Especial: Conferência Internacional em Transformação Digital: Cooperação Internacional, multiculturalidade, trabalho colaborativo e ambientes inclusivos, sustentáveis e resilientes. 10(4), 118-138. <https://doi.org/10.25746/ruiips.v10.i4.29114>

## **A MOEDA DIGITAL NO APOIO À INCLUSÃO FINANCEIRA EM MOÇAMBIQUE**

### **Mobile Money to support financial inclusion in Mozambique**

**Rui Moreira de Carvalho**

Instituto Superior de Gestão (ISG), Portugal

[antonio.carvalho@isg.pt](mailto:antonio.carvalho@isg.pt) | ORCID 0000-0002-0808-171X

**Joaquim Tobias Dai**

Instituto Superior de Gestão (ISG), Portugal & Moçambique

[joaquim.dai@pst.asseco.com](mailto:joaquim.dai@pst.asseco.com) | ORCID 0000-0002-0834-0574

**Moisés Inguane**

Instituto Superior de Gestão (ISG), Portugal & Moçambique

[moises\\_inguane@fsdmoc.com](mailto:moises_inguane@fsdmoc.com) | ORCID 0000-0002-9570-3037

**Marta Coelho**

Instituto Superior de Gestão (ISG), Portugal

[marta.r.coelho@gmail.com](mailto:marta.r.coelho@gmail.com) | ORCID 0000-0001-6849-1190

**Manuel Matias**

Instituto Superior de Gestão (ISG), Portugal

[m.matias3@icloud.com](mailto:m.matias3@icloud.com) | ORCID 0000-0002-5324-4434

## **RESUMO**

Este artigo analisa como a moeda digital, e a sua integração com plataformas e outros serviços tende a levantar questões no que respeita à concorrência entre o dinheiro privado e o dinheiro público. Numa economia digital, o dinheiro pode efetivamente desaparecer, e os pagamentos podem centrar-se em plataformas sociais e económicas em vez da prestação de crédito dos bancos, enfraquecendo os canais de transmissão tradicionais da política monetária. A adoção do dinheiro móvel é uma oportunidade de reduzir os custos de transação e aumentar a massa monetária e o âmbito de oferta nas economias em desenvolvimento. Finalmente, a literatura sobre as estratégias de Base da Pirâmide (BoP) sublinha que a criação de valor social requer abordagens empresariais colaborativas entre as partes interessadas.

**Palavras-chave:** dinheiro móvel, desenvolvimento, inclusão social, plataformas digitais.

## ABSTRACT

This article looks at how digital currency and its integration with platforms and other services address the competition between private money and public money. In a digital economy, money can effectively disappear, and payments can focus on social and economic platforms rather than banks' credit provision, weakening traditional currency policy transmission channels. The adoption of mobile money is an opportunity to reduce transaction costs and increase the monetary mass and scope of supply in developing economies. Finally, the literature on Pyramid Base (BoP) strategies underlines that creating social value requires collaborative business approaches and to stake holder.

**Keywords:** mobile money, development, social inclusion, digital platforms.

## 1 INTRODUÇÃO

A Vodafone, em 2006, no seu programa de Responsabilidade Social e Corporativa para “construir uma sociedade digital sustentável que seja inclusiva para todos, onde a tecnologia e a conectividade possam melhorar o futuro e a vida das pessoas”, promoveu um fundo de investimento social para “fornecer recursos incrementais no futuro e lançar iniciativas que possam demonstrar alto valor social” (Vodafone, 2006; 2007). Este projeto “ajudou [a Vodafone] a compreender o seu papel na abordagem de questões como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” (Hughes & Lonie 2007), gerando a ideia de combater a exclusão financeira como uma via empresarial.

Em 2006 a Vodafone apresentou uma candidatura ao Fundo de Desafio de Aprofundamento Financeiro do Departamento de Desenvolvimento Internacional (DFID) do governo do Reino Unido em 2003, a Vodafone recebeu £ 1 milhão de subsídios suportados numa estrutura pareada com base em uma promessa de contribuir com o equivalente em custos de recursos humanos (Onsongo, 2019).

Assim, e no sentido de identificar os desafios no Quênia em serviços financeiros focados na inclusão social, a Vodafone e sua subsidiária local Safaricom Ltd realizaram uma série de workshops de brainstorming em Nairóbi, compostos por bancos, instituições de microfinanças, empresas de tecnologia, empresas de telecomunicações, organizações não governamentais e reguladores do setor promovendo uma parceria com a Faulu Kenya, uma instituição de microfinanças, e o Commercial Bank of Africa, um banco da África Oriental. A partir desta parceria, surgiu uma proposta para desenvolver uma plataforma que permitiria aos clientes de Faulu Kenya que estavam organizados em grupos informais a receber e pagar empréstimos de microfinanciamento. Foi desenvolvida uma plataforma de transferência de dinheiro baseada em telefone móvel chamada M-Pesa<sup>1</sup> em conjunto com a Sagentia, uma empresa de desenvolvimento de software com sede no Reino Unido. O M-Pesa seria executado num cartão de módulo de identificação de assinante (SIM) usado nos telefones móveis mais básicos e de baixo custo baseado no protocolo do Sistema Global para Comunicações Móveis (GSM) o que permitia transferências eletrônicas de dinheiro por meio de serviço de mensagens curtas (SMS). O M-Pesa passou por um teste piloto no norte de Nairóbi para a promoção de um projeto disruptivo de âmbito social. Uma importante etapa piloto envolveu o recrutamento de pequenas empresas para atuarem como agentes da M-Pesa, fornecendo serviços de recebimento e retirada semelhantes aos de agências de bancos comerciais.<sup>2</sup> Foram feitas melhorias no produto e no modelo de negócios - muitas com base na adaptação do utilizador às funções do M-Pesa conduzidas em várias sessões de formação para clientes e agentes. Nesse

---

<sup>1</sup>O "M" refere-se ao telemóvel, enquanto 'pesa' é suaíli por dinheiro, assim o termo popular 'dinheiro móvel'. Este nome de produto cativante foi proposto por uma agência de publicidade local (Onsongo, 2019).

<sup>2</sup> Inicialmente, os já estabelecidos revendedores de recargas pré-pagas da Safari.com foram selecionados para servir de agentes, mas à medida que a subscrição do serviço M-Pesa cresceu, a rede de agentes diversificou-se para incluir uma miríade de pequenas empresas ou quiosques, como lojas, mercearias, farmácias e até pequenas lojas de roupa (Onsongo, 2019).

período a Vodafone enfrentou as naturais restrições de recursos associadas a capital, tecnologia, recursos humanos, níveis de alfabetização do mercado-alvo e sistemas de transporte não confiáveis em todo o país (Onsongo, 2019).

Assim o M-Pesa foi lançado em março de 2007, sinalizado pela campanha de marketing intensa e culturalmente atraente "Send Money Home". O M-Pesa foi adotado imediatamente e rapidamente: em julho de 2007, cerca de 268.000 pessoas assinaram o M-Pesa. Um ano depois, a assinatura aumentou 2.652%, ou seja, para cerca de 7.388.000 (Kimenyi & Ndung'u 2009). Em três anos, o número de clientes registados atingiu 10,3 milhões, o que correspondeu a 21% de toda a população queniana ou 46% da população adulta. A rede de agentes cresceu para 17.700 pontos de revenda, com quase a metade localizada em áreas rurais, e o equivalente a US \$ 371 milhões em transferências "pessoa a pessoa" foi transacionado com recurso ao M-Pesa, que gerou US \$ 100 milhões em receita anual (Onsongo, 2019). Em 2021, o M-Pesa tinha cerca de 71% da população adulta do Quênia, tendo o valor das transferências de dinheiro subido para US \$ 2,1 bilhões (Onsongo, 2019). O projeto é, pela generalidade do sistema de ciência e tecnologia (SCT) considerado um sucesso.

A difusão de tecnologias digitais tende a ajustar a inovação, designadamente os processos e procedimentos que podem criar valor para várias partes interessadas (Nambisan et al. 2017, Yoo et al. 2012, Oborn, Barrett, Orlikowski & Kim (2019)).

## 2 A BASE DA PIRÂMIDE

Para Lashitew, Tulder & Muche (2020) há um crescente interesse académico e pratico no papel das forças de mercado, como a estratégia de negócio, o empreendedorismo e a inovação para enfrentar os grandes desafios da sociedade, como a pobreza, a desigualdade e a sustentabilidade ambiental (George et al., 2012; Porter & Kramer, 2011).

Neste contexto, Carvalho (2022) diferencia a economia de mercado liberal (característica dos países anglo-saxónicos) e a economia de mercado coordenada (em uso nos países do norte da Europa).

A literatura Base da Pirâmide (BoP) é um dos pioneiros fluxos de investigação nesta área, e há muito que explora os potenciais contributos das empresas multinacionais e locais para a redução da pobreza e inclusão social nas economias de baixos rendimentos (Dembek et al., 2019; Kolk et al., 2014; Prahalad, 2004). As estratégias do BoP aspiram a criar valor social, gerando resultados sociais e ambientais positivos para além, ou para além de, criarem lucro financeiro para todas as partes interessadas, ou seja, os *stakeholders* (Lashitew, Tulder & Muche, 2020).<sup>3</sup>

Para Lashitew, Tulder & Muche (2020), depois de um início precoce que expôs o potencial de mercado dos consumidores de baixos rendimentos nas economias emergentes, as estratégias do BoP de "segunda geração" têm desviado a atenção para a criação de valor social com e para as partes interessadas locais (Dembek et al., 2019; Nahi, 2016). Esta abordagem implica colaborar com organizações da sociedade civil e organismos governamentais para criar mudanças mais profundas e duradouras na vida dos constituintes do BoP. A importância das abordagens colaborativas para a criação de valor social é também partilhada pelo fluxo de investigação relacionado em modelos de negócio sustentáveis (Freudenreich et al., 2019; Yang et al., 2017), e é justificado em normativa, bem como por motivos pragmáticos (Seitanidi & Crane, 2013). Eticamente, espera-se que abordagens colaborativas de criação de valor conduzam a estratégias BoP mais inclusivas e localmente apropriadas (Karnani, 2007). Pragmaticamente, abordagens colaborativas da criação de valor são ditas para melhorar o desempenho das iniciativas BoP, ajudando a mobilizar um amplo espectro de recursos e redes sociais para alcançar o impacto social sistémico (London & Hart, 2004; Nahi, 2016) e perene.

As empresas BoP podem tirar benefícios através do desenvolvimento de novas capacidades que integrem os seus recursos com os de atores externos, ou através da prossecução de colaborações que abram novas fontes de inovação e crescimento (Rivera-Santos et al., 2012; Sanchez & Ricart,

---

<sup>3</sup> Utilizamos o "valor social" para nos referirmos a abordagens empresariais para criar retorno financeiro, abordando concomitantemente as questões sociais e a sustentabilidade ambiental. Este conceito é amplamente semelhante a outros na literatura, como valor partilhado, valor mútuo e valor misturado (Caldwell et al., 2017; Porter & Kramer, 2011; Rodima-Taylor & Grimes, 2019).

2010; Carvalho, 2019). Para as empresas multinacionais, trabalhar com atores locais cria uma maior compreensão do mercado local e das condições institucionais (Rivera-Santos et al., 2012), enquanto ajuda a colmatar a sua "responsabilidade pela exterioridade", melhorando a sua legitimidade (Dahan et al., 2010; Lashitew & van Tulder, 2019).

## 2.1 Infraestruturas de remessas móveis emergentes.

Os telefones móveis tornaram-se centrais na vida das pessoas nas economias emergentes, designadamente em África. As plataformas multimídia e os aplicativos de rede social facilitam a comunicação transfronteiriça em todo o continente, conectando a diáspora e as comunidades locais numa teia de "parentesco social" (Mavhunga, 2017). Embora as transferências de dinheiro entre pares - principalmente remessas domésticas - sejam geralmente o primeiro e principal uso do dinheiro móvel no continente africano, o dinheiro móvel integra os utilizadores ao ecossistema de pagamentos e serve como porta de entrada para poupanças, empréstimos, seguros, saúde e serviços agrícolas, ou seja, para o sistema financeiro de uma sociedade capitalista (Carvalho, 2022). As plataformas móveis inovadoras que ajudam os utilizadores móveis africanos a gerenciar seus meios de subsistência incluem eSoko, que oferece monitoramento do mercado agrícola e informações de vendas; iCow que ajuda os fazendeiros a administrar seu gado; FarmDrive, um aplicativo de manutenção de registos digitais para pequenos agricultores; e eKilimo, uma plataforma para os agricultores venderem seus produtos, evitando a exploração por intermediários estabelecidos. As plataformas digitais têm o crédito de criar empregos e estimular o comércio rural, ao mesmo tempo em que abordam restrições como acesso financeiro e tecnológico limitado potenciando o aumento da 'renda dos agricultores em 50% ou mais' (Shrader, Morawczynski, & Karlyn, 2018). Muitos deles podem ser acedidos por meio de telefones simples disponíveis para consumidores de frágeis rendimentos (Rodima-Taylor & Grimes, 2019).

Rutten & Mwangi (2012) recordam-nos que o Quênia e a Tanzânia são dois mercados em que o sistema de utilização dinheiro móvel é considerados entre os mais avançados, sendo que em ambos os mercados são controlados por operadoras de rede móvel (MNO), mas com diferenças importantes nos modelos de conectividade de infraestrutura e soluções resultantes para a primeira e última milhas. O M-Pesa do Quênia é uma das primeiras iniciativas de dinheiro móvel na África Oriental. É um sistema de pequeno porte para pagamento eletrónico e armazenamento de valores por meio de mensagens de texto (SMS). Em 2015, o M-Pesa tinha mais de 19 milhões de assinantes no Quênia, com transações diárias de \$ 150 milhões (Ochieng, 2016). O provedor de rede da M-Pesa, Safaricom, tem um monopólio virtual dos serviços móveis quenianos desde seu estabelecimento em 2008 sendo o M-Pesa usado principalmente para pagamentos ponto a ponto - domésticos, mas cada vez mais também remessas transfronteiriças. Os custos de envio de dinheiro no Quênia antes do M-Pesa eram consideravelmente mais elevados pelos canais formais e informais: para enviar US \$ 100, era necessário pagar US \$ 20 (transferência bancária), 12 (MoneyGram) ou 3-6 dólares (envio de autocarro ou vales postais) (Altamirano & van Beers, 2018).

O M-Pesa reduziu os custos de transferência de dinheiro em 50% ou mais em comparação com sistemas alternativos, expandindo enormemente o total de remessas (Donovan, 2012). Assim, o seu impacto estende-se a todos os cantos do país, incluindo até mesmo os comerciantes de gado Maasai em áreas rurais marginais. Reduzindo a necessidade de transportar grandes quantias, o dinheiro móvel reduziu os altos níveis de violência, ao mesmo tempo que permitiu aos comerciantes contornar os intermediários e gerenciar o estoque de forma mais eficiente (Rutten & Mwangi, 2012).

M-Pesa não substituiu totalmente o setor bancário. Na verdade, sinergias crescentes podem ser observadas, como o Banco Comercial do Quênia em parceria com a Safaricom para criar a plataforma de crédito de poupança digital M-Shwari operando via M-Pesa, e o Equity Bank lançando seu serviço de banco móvel Equitel que funciona na rede da Airtel. Houve um aumento no envolvimento de bancos com a M-Pesa para mover fundos entre contas bancárias e de dinheiro móvel dos clientes - com a escala e rede de contribuição da MNO, e os bancos fornecendo expertise financeira e regulatória (Cook & McKay, 2017). Ao fornecer aos bancos tecnologias adequadas para gerenciar contas de pequeno valor com fluxos irregulares, o M-Pesa atua como uma plataforma para ajudar os bancos incumbentes a otimizar e aumentar o seu âmbito de alcance aos cidadãos, especialmente nas áreas rurais (Ndung'u, 2018).

A vizinha Tanzânia apresenta um modelo alternativo de mercado de múltiplos provedores e interoperabilidade avançada. Desde 2008, o dinheiro móvel permitiu à sua população de 57 milhões de pessoas aceder a serviços financeiros de dinheiro móvel adicionados aos serviços financeiros incumbentes, sendo que a população que usa serviços financeiros formais cresceu de 11% em 2006 para 62% em 2016, com mais de 260.000 novos pontos de acesso de dinheiro móvel (World Bank Group, 2017a, 2017b). Os acordos de interoperabilidade firmados em 2015 permitem transferências de dinheiro entre redes, já que os quatro principais prestadores de serviços compartilham a rede do agente, oferecendo aos clientes melhor acesso e menores custos (Rodima-Taylor & Grimes, 2019).

Assim, embora ambas sejam histórias de sucesso de dinheiro móvel, os vizinhos Quênia e Tanzânia seguem abordagens divergentes para a questão da última milha. Em grande parte, devido ao monopólio de mercado da Safari.com, apenas 4% dos agentes no mercado de dinheiro móvel do Quênia atendem a vários provedores, em comparação com 52% dos agentes na Tanzânia. Isso contribuiu para reduzir significativamente os custos de transferência de dinheiro móvel na Tanzânia. Devido ao fácil acesso a uma grande variedade de fornecedores e produtos, o ecossistema de dinheiro digital da Tanzânia está se tornando o mais avançado e justo da África. Essa comparação demonstra o impacto prático de infraestruturas distintas de remessas em comunidades de baixa renda (Rodima-Taylor & Grimes, 2019).

Embora a interoperabilidade ainda seja frequentemente vista como uma desvantagem competitiva para operadoras de dinheiro móvel nos seus mercados domésticos, os corredores de remessas internacionais estão cada vez mais a permitir acordos multilaterais entre provedores. Aspirando a quebrar o monopólio de pagamentos transfronteiriços por bancos e operadoras de transferência de dinheiro, as redes de dinheiro móvel viram o crescimento em corredores de dinheiro móvel transfronteiriços de 29 em 2015 para 46 em 2016.8 Centros como MSF África e HomeSend estão a surgir na região para facilitar a interoperabilidade entre uma variedade de operadoras de transferência de dinheiro, comerciantes e bancos. Esses desenvolvimentos refletem os esforços crescentes de plataformas locais, como a M-Pesa, para desenvolver seus próprios trilhos de remessas transfronteiriças, em vez de servir apenas como uma solução de entrega de última milha para operadores de transferência de dinheiro tradicionais como a Western Union (Rodima-Taylor & Grimes, 2019).

Atualmente, as grandes plataformas digitais na África ainda não perceberam todo o seu potencial, devido à conectividade de dados limitada e energia inadequada para smartphones (Porteous & Morawczynski, 2017). Uma variedade de plataformas que não são de smartphones foram desenvolvidas como recursos para aceder plataformas globais de mídia social. Plataformas de dinheiro móvel, como a M-Pesa, podem estar a caminho de se tornar uma versão africana de 'superplataformas', integrando diversos produtos e serviços enquanto fazem a mediação entre diferentes setores e conectam clientes a várias instituições financeiras, como bancos comerciais (Porteous & Morawczynski, 2017). Os clientes respondem cada vez mais ao fator de "atração" dos diversos serviços em torno da opção de pagamento digital que frequentemente forma um centro de tais plataformas - como o caso da M-Pesa na África Oriental demonstra. Embora o acesso a serviços financeiros diversificados também possa ser enriquecedor, o rápido crescimento dessas grandes plataformas pode reforçar os monopólios da indústria, bem como o endividamento excessivo entre clientes com conhecimento e experiência financeiros inadequados (Rodima-Taylor & Grimes, 2019).

### **3 INCLUSÃO FINANCEIRA E RESILIÊNCIA FINANCEIRA**

O Global Findex (2021) define a "propriedade da conta" como propriedade de uma conta individual ou conjunta numa instituição regulada, como um banco, união de crédito, instituição de microfinanças, correios ou prestador de serviços de dinheiro móvel (*mobiler money*). Os dados relativos a adultos com uma conta incluem também mais 3% dos inquiridos que reportaram ter um cartão de débito em nome próprio; receber salários, transferências públicas, pensão do sector público ou pagamentos pela venda de produtos agrícolas numa conta de instituição financeira ou numa conta de dinheiro móvel nos últimos 12 meses; ou pagar contas de serviços públicos de uma conta de instituição financeira nos últimos 12 meses.

Por "instituição financeira" entende-se bancos e outras instituições financeiras num país que oferecem uma conta de transação e que se enquadram na regulação prudencial por um organismo governamental (excluindo contas de dinheiro móvel). A definição não inclui instituições financeiras não bancárias, tais como fundos de pensões, contas de reforma, companhias de seguros ou participações em títulos financeiros, tais como ações. Os dados relativos a adultos com uma conta de dinheiro móvel incluem apenas os inquiridos que utilizaram pessoalmente um serviço de dinheiro móvel para fazer pagamentos, comprar coisas ou enviar ou receber dinheiro nos últimos 12 meses.

Segundo o Global Findex (2021), as contas de dinheiro móvel não são apenas um acréscimo para as pessoas que já têm uma conta. Muitas economias da África Subsaariana viram o crescimento das contas de dinheiro móvel acompanhado de uma diminuição das contas das instituições financeiras. Por exemplo, a propriedade de contas no Benim aumentou globalmente, de 38% em 2017 para 49% em 2021. Durante esse período, a percentagem de adultos com uma conta de dinheiro móvel duplicou, passando de 18% em 2017 para 37% em 2021, e a percentagem de adultos com uma conta de instituição financeira diminuiu 8 pontos percentuais, de 32% para 24%. Noutro exemplo, a propriedade da conta de instituições financeiras no Gana manteve-se estagnada após 2017, contudo a propriedade da conta de dinheiro móvel aumentou de 39% para 60%, aumentando a propriedade global da conta em 11 pontos percentuais. Entretanto, na Zâmbia, a propriedade global das contas manteve-se estável entre 2017 e 2021: a propriedade das contas das instituições financeiras diminuiu 12 pontos percentuais, de 36% para 24%, e a propriedade da conta de dinheiro móvel aumentou 14 pontos percentuais, de 28% para 42%. De reparar que não existe informação disponível para Angola.

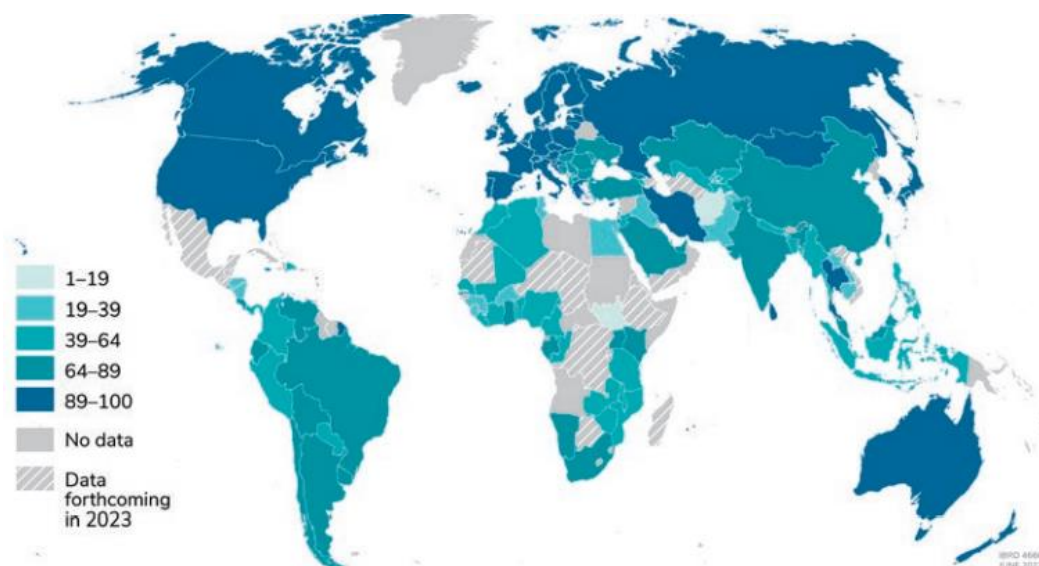


Figura 1: Adultos com conta bancária (%), 2021

Fonte: Global Findex 2021, pp. 15

A resiliência financeira é um aspeto importante da inclusão financeira — isto é, quando se tem acesso às ferramentas financeiras adequadas (como contas bancárias, poupanças, crédito e pagamentos digitais) que podem ser usadas com segurança num ambiente bem regulamentado para satisfazer as suas necessidades. A resiliência financeira refere-se à capacidade das pessoas e das empresas de se recuperarem de choques económicos adversos, como a perda de emprego ou despesas inesperadas, sem sofrerem um declínio nos padrões de vida.

O trabalho de Demirgüç-Kunt et al., (2018) sugere que antes da pandemia Covid-19, apenas metade da população adulta das economias emergentes disse que poderiam obter fundos de emergência no próximo mês. As ações eram menores para as mulheres (45 %) e para os adultos mais pobres (34%). Estes estudos sugerem que entre os adultos das economias emergentes, os inqueridos sobre as suas capacidades de acederem a fundos de emergência, um terço disse que iria arranjar

dinheiro através de trabalhos extra ou através de empréstimos do seu empregador — opções que podem ser impossíveis ou indesejáveis durante uma crise como o COVID-19 (coronavírus).

Para além das diferenças entre indivíduos (como rendimentos, preferências e comportamentos), as diferenças de resiliência financeira entre economias são suscetíveis de serem fortemente influenciadas pelo contexto dos países (como a cultura, as políticas e o desenvolvimento financeiro). Este contexto pode incluir diferenças na infraestrutura financeira que moldam se as pessoas têm acesso e usam produtos financeiros formais, políticas governamentais e redes de segurança social, e fatores culturais que influenciam o quão otimistas as pessoas são e os tipos de emergências que as pessoas imaginam quando fazem esta pergunta.

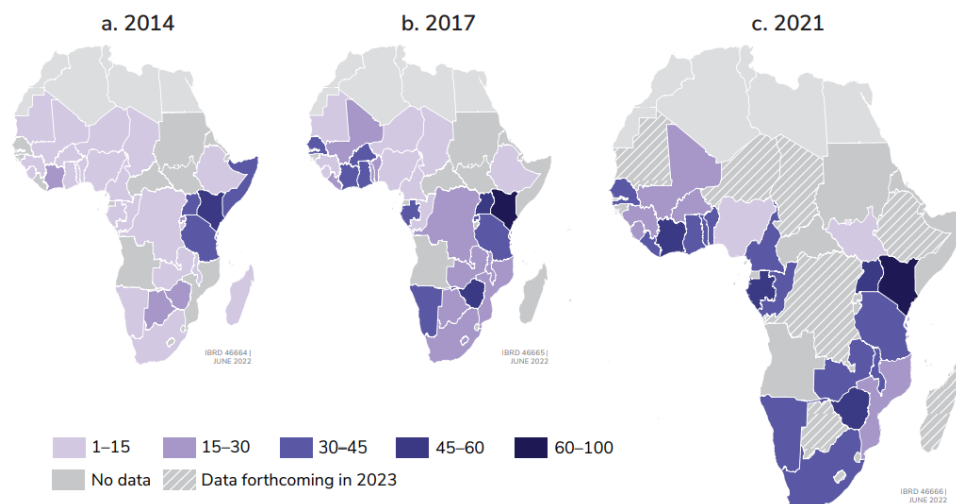


Figura 2: Adultos com conta de dinheiro móvel (%), 2014-21

Fonte: Global Findex 2021, pp. 21

O relatório World Bank Report (2022, pp 76), a COVID-19 sublinhou a importância do reforço da resiliência financeira. A crise atinge proporcionalmente as micro, pequenas e médias empresas (PME) e os grupos vulneráveis, que normalmente têm escassos amortecedores de dinheiro. Estes grupos vulneráveis estão sobre representados em sectores que mais sofreram com a crise (OECD, 2020; Vardoulakis, 2020). As perdas de emprego e de rendimento impulsionadas por bloqueios e restrições de mobilidade foram profundamente sentidas por indivíduos e empresários, esgotando poupanças e ativos já limitados (Gomes, Haliassos, and Ramadorai, 2020).

Assim, o dinheiro móvel ajuda as pessoas a gerir os choques económicos, facilitando o empréstimo de dinheiro numa emergência de uma rede geográfica e social mais vasta de família e amigos.

O World Bank Report (Banco Mundial) previu que a pobreza se agravaria nos países de baixos rendimentos e que cerca de 100 mil pessoas cairiam na pobreza em 2021 (Mahler et al., 2021). O acesso aos serviços financeiros é essencial para a recuperação das economias, e das suas comunidades. O normal funcionamento de pagamentos digitais, de poupança, de promoção e recuperação de crédito e de seguros permitem que empresas e particulares diligenciem riscos, consumo e investimento. As evidências mostram que as famílias e as empresas que têm acesso a esses a um sistema financeiro, incumbente ou digital tendem a ter mais capacidade de criar amortecedores a choques assimétricos (Breza, Kanz & Klapper, 2020; Moore et al., 2019).

### 3.1 Acesso a dinheiro móvel (mobile money)

Jack & Suri (2014) deram conta que quando atingidas por um choque agrícola, as famílias quenianas sem acesso a dinheiro móvel sofreram uma queda de 7% no uso de bens e serviços, enquanto aqueles que tinham dinheiro móvel não sofreram, em média, tal queda. Replicando estes trabalhos na Tanzânia, Riley (2018) observou que os choques de precipitação resultaram em 6% de consumo mais baixo, em média, mas os utilizadores de dinheiro móvel conseguiram manter o consumo devido à melhoria da partilha de riscos.

A pesquisa do Quênia concluiu que os serviços de dinheiro móvel permitiram que as famílias ficassem menos pobres a longo prazo (El-Zoghbi, Holle & Soursourian, 2019; Suri & Jack, 2016) assim como contas de poupança impulsionam resiliência financeira fornecendo um amortecedor contra despesas inesperadas.

Estudos com o mesmo foco, no Chile, as mulheres que receberam contas de poupança gratuitas reduziram a sua dependência da dívida e melhoraram a sua capacidade de fazer face às despesas durante uma emergência económica (Kast, Meier e Pomeranz 2018). As mulheres no Nepal que recebiam contas de poupança gratuitas sem taxas de retirada foram mais capazes de gerir despesas de saúde inesperadas do que aquelas que não receberam contas (Prina 2015).

O acesso a instrumentos de crédito suportados no dinheiro digital também pode aumentar a resiliência financeira, na medida em que o empréstimo pode ajudar a resolver o impacto imediato de um choque, embora estes produtos também levem preocupações de proteção dos consumidores (Bharadwaj, Jack, & Suri, 2019; Carvalho, 2019). A falta de acesso ao crédito, por outro lado, pode reduzir a resiliência; na Índia, a redução do microfinanciamento foi associada a reduções significativas dos salários, rendimentos e consumo (Breza e Kinnan, 2021).

Chodorow-Reich (2014) apurou que os fluxos de crédito sustentados nos Estados Unidos da América durante períodos de restrições financeiras rigorosas podem aumentar a resiliência das pequenas empresas, protegendo as suas vendas e o seu emprego. Bakhtiari et al. (2020), através de uma revisão da literatura, sugerem que as Pequenas e Médias Empresas (PME) nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) com acesso ao crédito são mais propensas a sobreviver como empregadores e criadores de valor económico. E, Amin e Viganola (2021) demonstraram que, tal como já foi enunciado, numa análise dos primeiros impactos do COVID-19, foi possível evidenciar que uma diminuição da produção é menos comum entre as empresas dos países de baixo e médio rendimento que tiveram um melhor acesso ao financiamento antes da pandemia (embora as empresas com fundamentos mais fortes possam ter um melhor acesso ao crédito).

O World Bank (2022) estimou que, na Albânia, a digitalização de 75% das transações em papel atuais poderia potencialmente obter poupanças de cerca de 0,4% do PIB. Lund, White & Lamb (2017) defendem que as economias emergentes poderiam poupar entre 0,8 a 1,1% do PIB anualmente (USD 220 a 320 mil milhões) através da digitalização dos pagamentos governamentais, com benefícios tanto para governos como para beneficiários. Assim, a inclusão financeira também ajuda os governos a fornecer serviços mais baratos e mais rápidos.

À medida que a crise COVID-19 irrompeu em 2020, os países com taxas mais elevadas de inclusão financeira conseguiram alavancar através de infraestrutura digitais instrumentos com capacidade para lançar rapidamente o apoio do governo, como evidenciado pelas experiências da China, Colômbia e Índia (Agur, Peria e Rochon, 2020).

Mas a criação de valor para a sociedade através da inclusão financeira não é exclusiva de alguns países, ou regiões. Segundo o Global Findex Data (2021, pp. 51), a percentagem de adultos que utilizam pagamentos digitais em economias em desenvolvimento cresceu de 35% em 2014 para 57% em 2021 — um aumento que supera o crescimento da propriedade das contas durante o mesmo período. De observar que 39% dos adultos em economias em desenvolvimento — ou 57% dos que têm uma conta de instituição financeira — abriram a sua primeira conta numa instituição financeira especificamente para receber um pagamento salarial ou dinheiro do governo; 20% dos adultos que vivem em economias em desenvolvimento, excluindo a China, fizeram um pagamento comercial usando um cartão, telemóvel ou internet — e cerca de 40% deles fizeram-no pela primeira vez após o início da pandemia. Cerca de um terço dos adultos em economias em desenvolvimento que pagaram uma conta de serviços públicos diretamente de uma conta fê-lo pela primeira vez após o início da pandemia COVID-19 — prova do papel da pandemia na aceleração da adoção digital.

O ecossistema financeiro, tanto nas economias de rendimento mais elevado como em desenvolvimento, o uso mais comum para uma conta é fazer ou receber um pagamento, seguido de poupança e empréstimos. Nas economias em desenvolvimento, 36% dos adultos receberam um pagamento numa conta, sendo que destes, 83% também reportaram que fizeram um pagamento digital. Quase dois terços dos beneficiários de pagamentos usaram a sua conta para armazenar

dinheiro, cerca de 40% para economizar dinheiro, e cerca de 40% para pedir dinheiro emprestado. Estes dados sugerem que os serviços digitais podem abrir caminho para uma utilização mais ampla dos serviços financeiros (Global Findex Data, 2021, pp. 52).

### 3.2 Exclusão financeira

A exclusão financeira pode ser voluntária ou involuntária. A exclusão voluntária ocorre quando os indivíduos reportam que não têm necessidade do sistema financeiro, por exemplo porque outro membro da família tem uma conta. A exclusão involuntária surge quando as famílias não podem utilizar o sistema financeiro devido a barreiras externas, tais como custos ou documentação (Beck et al., 2007; Allen et al., 2016). Outras barreiras incluem baixos rendimentos e níveis de educação que Nanziri (2015) identificou como uma das principais causas de exclusão financeira na África do Sul. Zins & Weill (2016) descobriram que as mulheres e os jovens estavam entre os grupos que estão financeiramente excluídos em África em geral.

Ainda sobre a exclusão financeira, importa analisar a questão particular da mulher. As elevadas taxas de desemprego na África Subsariana (Lim, 2019) tornam imperativo aumentar a oferta de emprego. Nesta abordagem, todos os recursos disponíveis devem ser mobilizados. Representando mais de metade da população na África Subsaariana, cerca de 50,10% de acordo com os Indicadores Mundiais de Desenvolvimento (2020), as mulheres não podem nem devem ser deixadas para trás. No entanto, as mulheres que querem iniciar um negócio nesta região ainda enfrentam sérios problemas de financiamento (Akouwerabou, 2020). O fraco acesso ao financiamento bancário e a baixa taxa de empreendedorismo feminino na região são síndromes políticas, onde a expansão do microfinanciamento e do dinheiro móvel nos últimos anos pode servir de ferramenta para os resolver (Ngono, 2021).

Nos últimos anos, milhões de adultos tiveram acesso a contas e outras ferramentas que ajudam a construir resiliência financeira — mas a exclusão continua a ser generalizada. Em todo o mundo, mais de mil milhões de adultos não têm acesso a uma conta de transações. Os adultos de baixos rendimentos nas economias emergentes acedem ao crédito e às poupanças em grande parte através de canais informais, com acesso muito limitado aos seguros. Por exemplo, o acesso ao seguro de culturas é praticamente inexistente entre os pequenos agricultores, apesar do risco generalizado no sector agrícola.

O Global Findex Data Base 2021 Financial Inclusion, Digital Payments, and Resilience in the Age of COVID-19<sup>4</sup> das economias na África Subsaariana concluiu que, em média, um em cada três adultos cultiva colheitas ou cria gado para produzir o seu principal rendimento familiar, mas apenas cerca de 5% tinha comprado um seguro agro-cultural nos últimos cinco anos. No entanto, cerca de dois terços destes adultos enfrentaram uma perda de colheita ou perda significativa de gado nos últimos cinco anos, e apenas uma pequena parte recebeu qualquer tipo de pagamento financeiro para ajudar a lidar com a perda.

A nível mundial, em 2021, 76% dos adultos tinham uma conta num banco ou instituição regulada, como uma união de crédito, uma instituição de microfinanciamento ou um prestador de serviços de dinheiro móvel. A propriedade de contas em todo o mundo aumentou 50% nos 10 anos que se estenderam entre 2011 e 2021, passando de 51% para 76% dos adultos. De 2017 a 2021, a taxa média de propriedade das contas nas economias em desenvolvimento aumentou 8 pontos percentuais, passando de 63% para 71% dos adultos. Na África Subsariana, esta expansão decorre, em grande parte, da adoção de dinheiro móvel (Global Findex Data Base 2021, pp. 2).

Embora os serviços de dinheiro móvel tenham sido lançados pela primeira vez para que as pessoas pudessem enviar remessas para amigos e familiares que vivem em outros lugares do país, a adoção e o uso espalharam-se para além desse propósito. Estes serviços ainda são uma ferramenta poderosa para o envio de remessas domésticas, mas o inquérito Global Findex (2021) revelou que em 2021 cerca de três em cada quatro proprietários de contas móveis na África Subsariana usaram a sua conta de dinheiro móvel para fazer ou receber pelo menos um pagamento que não era “pessoa a pessoa”. As contas de dinheiro móvel também se tornaram um método importante para economizar na África Subsariana, onde 15% dos adultos — e 39% dos detentores de conta de

<sup>4</sup> <https://www.worldbank.org/en/publication/globalindex/Report> retirado a 7 de novembro de 2022

dinheiro móvel — usaram uma para economizar — a mesma parte que usou uma conta de poupança formal num banco ou noutra instituição financeira. Sete por cento dos adultos na África Subsariana também pediram emprestado usando a sua conta de dinheiro móvel.

### **3.3 O acesso ao crédito**

Segundo o World Bank Report (2022), pelo menos 41% (130 milhões) de PME formais nas economias emergentes não têm acesso ao crédito, o que é visto como um dos principais obstáculos à sobrevivência e crescimento das empresas. Dado que os PME e o sector informal são a maior fonte de emprego e de subsistência nas economias emergentes, a sua resiliência está no cerne de qualquer esforço de recuperação económica (Ayyagari, Beck, e Demirgüç-Kunt, 2003).

O acesso ao crédito, em particular, é fulcral para a capacidade das empresas de gerirem o capital de trabalho e as necessidades de investimento. As famílias e as empresas de baixos rendimentos normalmente não têm poupanças discricionárias suficientes ou cobertura de seguro para as transportar através de um choque de rendimentos adverso. Em vez disso, muitas vezes contam com instrumentos de crédito para ajudar a suavizar o consumo e salvaguardar a continuidade do negócio.

Ayyagari, Beck e Demirgüç-Kunt (2003) sugerem que o acesso ao crédito a curto prazo pode ajudar os consumidores a suavizar o consumo face a choques idiossincráticos. Esta pesquisa, e par de trabalhos (Bharadwaj e Suri, 2020; Collins et al., 2009; Karlan and Zinman, 2010; Morse, 2011) oferecem provas de que o crédito — se entregue de forma responsável — pode ser uma ferramenta importante para garantir a resiliência das famílias com formas limitadas de gerir o risco.

É menos claro que o crédito pode desempenhar um papel significativo na ajuda às PME e às pessoas de baixos rendimentos para lidar com os impactos de grandes choques sistémicos. O empréstimo como estratégia de resiliência baseia-se numa recuperação oportuna que restaura os rendimentos necessários para pagar dívidas (World Bank Report, 2022).

A crise COVID-19 foi caracterizada por uma grande e rápida implantação de iniciativas governamentais destinadas a ajudar residentes e empresas a enfrentar o choque económico, incluindo através de uma moratória de reembolso extensivo de empréstimos, garantias de crédito e transferências de dinheiro (Gentilini et al., 2020).

Segundo o World Bank Report (2022), a capacidade dos governos para apoiar estas medidas era limitada no tempo e, em particular, aos países de baixo rendimento, sendo que os programas muitas vezes não atingiram todos os segmentos da população. Por outro lado, as PME, especialmente as que operam informalmente, muitas vezes não receberam um apoio institucional. No entanto, à medida que uma recuperação mais ampla se concretizava, a utilização criteriosa do crédito poderia permitir que algumas empresas e famílias colmatam as lacunas dos fluxos de caixa.

As mudanças económicas decorrentes da pandemia tornaram alguns mutuários menos credíveis, mas a incerteza fez com que os credores perdessem o apetite pelo risco, e os empréstimos até mesmo a mutuários credíveis podem ser afetados. Assim, as inovações que melhoram a visibilidade dos credores na viabilidade dos mutuários e melhoram a sua capacidade de realizar valor a partir de garantias podem incentivar empréstimos mais seguros. Programas de garantia cuidadosamente elaborados também podem colmatar o fosso entre a aversão ao risco e o desempenho futuro do crédito (World Bank Report, 2022).

## **4 O CASO DE MOÇAMBIQUE**

Em 2021, o sistema financeiro moçambicano contou com 37 instituições de crédito, contra 40 registadas em 2020, das quais 16 bancos, 12 microbancos, uma sociedade de investimentos (contra uma, em 2020), cinco cooperativas de crédito (contra sete, em 2020) e três IME. Igualmente, contou com um total de nove sociedades financeiras, das quais uma sociedade emitente ou gestora de cartões de crédito (contra duas, em 2020) e oito casas de câmbio (contra dez, em 2020). Contou, ainda, com 1.598 operadores de 6 microfinanças (contra 1.124, em 2020), dos quais 12 organizações de poupança e empréstimo e 1.586 operadores de microcrédito. Por fim, um total de

33 instituições na categoria “outras instituições financeiras”, das quais 19 seguradoras e 14 operadores de bolsa (Banco de Moçambique, 2021, pp. 5).

No concernente à bancarização da economia, medida em termos de número de contas bancárias por 1.000 adultos, em 2021 registou-se 315 contas bancárias por cada 1000 adultos, contra 314, em 2020. Registou-se, igualmente, um ligeiro incremento no número de contas bancárias, ao passar de 5.116.741, em 2020, para 5.293.240, em 2021, representando um crescimento de 3,4%. Em termos de expansão das contas em moeda digital, em 2021, o país passou a contar com cerca de 67,2% da sua população adulta com uma conta em moeda digital aberta junto das Instituições de Moeda Eletrónica (IME), contra 66,4% em 2020 (Banco de Moçambique, 2021, pp. 6).

Sob a iniciativa de Identificação para o Desenvolvimento (ID4D) do Banco Mundial são reveladas novas informações sobre a relação entre a propriedade da conta e o acesso à identificação (ID), como um documento de identificação nacional ou outra credencial de ID legalmente reconhecida. Na África Subsariana, 105 milhões de adultos (16 % dos adultos) não têm direito a identificação e não têm identificação (Figura 6). No Sudão do Sul, 83% dos não bancarizados (5 milhões de adultos) não têm identificação. Outras economias com grandes quotas de adultos que não têm banco e não têm ID são Moçambique (5 milhões de adultos, ou 58 % dos não bancarizados) e a Tanzânia (8 milhões de adultos, ou 48 % dos não bancarizados). As mulheres na região têm 5 pontos percentuais mais propensos a não terem identificação (Global Findex 2021, pp. 43).

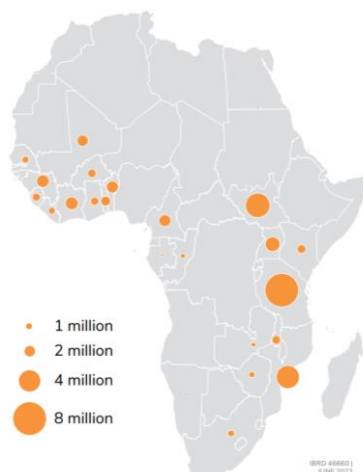


Figura 3: Adultos sem conta e sem Bilhete de Identidade (ID), 2021

Fonte: Global Findex 2021, pp. 43

#### 4.1 As questões da conformidade (compliance)

Em Moçambique, em 2015, na zona rural, apenas 40% dos adultos tinham identificação institucional, 1% tinham faturas de eletricidade e 5,54% faturas de água, sendo que estes documentos são críticos como prova de residência para abrir uma conta bancária. Apesar de cerca de 60% da população adulta rural ter casa própria, sendo que 13% era feita de tijolos de betão e tijolos de barro queimados, apenas 1% tinham documentos para provar a propriedade patrimonial, inibindo o uso das suas casas como garantia (FSDMo, 2016) para aceder a financiamentos (Carvalho, Vieira e Soares, 2020).

O registo de transações financeiras cria uma maior transparência e reduz a informação assimétrica. A informação assimétrica e os custos fixos de manutenção de uma conta estão no cerne da frágil capacidade do sector bancário incumbente de adiantar crédito a clientes pobres que carecem de históricos colaterais e financeiros. Mover dinheiro debaixo do colchão para uma conta eletrónica transforma-o em dinheiro formal. Cada depósito, levantamento, transferência ou operação de pagamento através de dinheiro móvel cria um histórico financeiro registado.

Cartão de identidade	Fatura de eletricidade	Fatura de água	Recibo de pagamento	Garantia
<b>Requerimentos para abrir conta bancária</b>				
<b>Requerimentos para solicitar um empréstimo num banco incumbente</b>				
Tanto as pessoas rurais como as pessoas urbanas têm dificuldades em cumprir os requisitos de documentação (nomeadamente o comprovativo de residência) para a abertura de uma conta bancária que solicite um empréstimo.				
Embora 13% dos adultos em zonas rurais tenham casas feitas de tijolos de betão em tijolos de barro queimado, apenas 1% têm as respetivas escrituras (necessária para uma colateral de um empréstimo).				

Figura 4: Procedimentos de Compliance

Fonte: FSDM0o (2016): Analysis of Rural Financial Inclusion

Para a “população sem banco”, a sua imersão em dinheiro físico cria atritos consideráveis nas suas vidas financeiras (Radcliffe & Voorhies 2012). As famílias com capacidade de criar excedentes em numerário têm opções de poupança informais que carregam riscos de roubo ou “perda”: dinheiro debaixo do colchão; acumulação de bens como joalharia ou gado; e armazenar poupanças com grupos de poupança informais. A perda de poupanças desta forma é comum (Carvalho et. al. 2020).

## 4.2 A evolução da inclusão financeira em Moçambique

O Inquérito ao Consumidor – Finscope 2019 segue o contributo dos anteriores inquéritos, nomeadamente em 2014 e 2009. Este inquérito permite acompanhar os níveis de inclusão financeira em todo o país. No contexto de Moçambique, o estudo foi promovido pelo Financial Sector Deepening Mozambique em conjunto com o Governo de Moçambique, os Provedores de Serviços Financeiros (PSFs) e doadores, de forma a garantir um processo holístico e inclusivo.

O Inquérito ao Consumidor - FinScope Moçambique 2019 visa:

- 1 Descrever os níveis de inclusão financeira (isto é, níveis de acesso a produtos e serviços financeiros - formais e informais).
- 2 Descrever o panorama de acesso (ou seja, o tipo de produtos e serviços usados por indivíduos incluídos financeiramente).
- 3 Identificar os fatores determinantes e as barreiras ao acesso financeiro.
- 4 Estimular o diálogo baseado em evidências que levará a intervenções efetivas dos sectores público e privado que por sua vez vão aumentar e aprofundar a inclusão financeira.
- 5 Comparar os resultados do inquérito com o segundo Inquérito ao Consumidor- FinScope em Moçambique (2014) e fornecer uma avaliação das mudanças e fatores (incluindo possíveis impactos de intervenções anteriores para melhorar o acesso).

Este, é um inquérito dinâmico sendo o seu conteúdo avaliado por várias partes interessadas de forma a garantir a recolha dos dados mais pertinentes sobre os consumidores (FinScope, 2020). Com o intuito de promover a qualidade da informação, o estudo do FinScope (2020) replica, de modo intenso e agregado o trabalho de forma extensiva, para oferecer uma análise detalhada sobre a “vida das comunidades”

Para o FinScope (2020), a capacidade financeira compreende o conhecimento, atitudes, habilidades e comportamento dos indivíduos no que diz respeito à compreensão, seleção e

aplicação de conceitos e ferramentas financeiras e à capacidade de aceder serviços financeiros que satisfaçam às suas necessidades. A capacidade financeira, como ariete de inclusão financeira apresenta as seguintes dimensões:

- Cumprimento de obrigações financeiras – ou pagamento de despesas. Esta dimensão avalia a capacidade dos consumidores de gerirem as suas finanças pessoais e domésticas para cumprir com as suas obrigações financeiras.
- Planificação do futuro – analisa o orçamento, as poupanças, investimentos e seguros. Avalia as atitudes, conhecimentos e comportamentos em relação à planificação financeira pessoal.
- Visão e uso de produtos financeiros – isto está diretamente relacionado ao modo como as pessoas estão a usar os produtos e serviços financeiros para gerirem as suas finanças. Também fornece informações sobre o comportamento relacionado à seleção de produtos e serviços financeiros para atender às necessidades financeiras;
- Tomada de decisão financeira – refere-se à capacidade de um indivíduo aplicar o conhecimento para tomar decisões financeiras bem informadas.

Uma característica dominante dos meios de subsistência rurais é a omnipresença das condições meteorológicas e outros riscos que ameaçam a quantidade de culturas e de produção pecuária. Antecipando-se aos acontecimentos adversos, os agricultores podem renunciar a oportunidades de investimento que de outra forma assumiriam, criando um círculo vicioso de baixa produtividade e rendimento. Os seguros destinam-se a fazer face a esses riscos e, na verdade, as avaliações de impacto demonstraram que, quando os programas de seguros estão bem acompanhados das necessidades dos agricultores, os agricultores investem mais 20 a 35% em atividades lucrativas. Além disso, após um choque, as famílias seguradas são mais capazes de proteger o seu capital de trabalho e os seus ativos produtivos, uma vez que reduzem a sua dependência das estratégias de resolução mais dispendiosas (Carter et al., 2017)

As elevadas taxas de desemprego na África Subsariana tornam imperativo aumentar a oferta de emprego e mobilizar os recursos disponíveis (Lim, 2019). Representando mais de metade da população na África Subsaariana, cerca de 50,1% de acordo com os Indicadores Mundiais de Desenvolvimento, do World Bank (2022), as mulheres não podem nem devem ser deixadas para trás. No entanto, as mulheres que querem iniciar um negócio nesta região ainda enfrentam sérios problemas de financiamento (Akouwerabou, 2020). O fraco acesso ao financiamento bancário e a baixa taxa de empreendedorismo feminino na região são síndromes políticas, onde a expansão do microfinanciamento e do dinheiro móvel pode servir de ferramenta para os resolver (Ngono, 2021).

A Tabela 1 enquadra o potencial transformador de tecnologias digitais para o financiamento rural. Em primeiro lugar, sem tecnologias digitais, as famílias rurais com menor riqueza tendem a poupar em casa, dado os custos de transferir dinheiro para instituições formais. Tais poupanças podem ser inseguras, tendem a dar zero a taxas reais negativas de retorno, e estão sujeitas a problemas de autocontrolo, que tendem a mitigar ainda mais a acumulação de poupança. O dinheiro móvel pode refazer o panorama da poupança, reduzindo o custo de transferir dinheiro para instituições formais de depósito.

Tabela 1

*Potencial transformador de tecnologias digitais para financiamento rural*

Produto Financeiro	Problema nos Mercados Rurais Financeiros Convencionais	Potencial Transformador das Tecnologias Digitais	Lacunas e Oportunidades Restantes
Poupança	Poupanças inseguras em casa geram retornos negativos, mas as transferências para locais físicos distantes também são caras	O dinheiro móvel pode reduzir custos e aumentar a velocidade de transmissão de fundos de locais remotos ou perigosos para sistemas de depósito seguros ou usos produtivos	Aprimorando o acesso e a interoperabilidade da rede, a segurança das transações digitais e a transparência dos termos em diversos contextos regulatórios
Empréstimo	Informações caras e assimétricas tornam o crédito disponível apenas para aqueles que podem arriscar garantias	As pegadas digitais podem apoiar a identificação não tradicional de mutuários de menor risco, permitindo que os credores ofereçam a esses mutuários termos contratuais mais favoráveis.	Garantir práticas de empréstimos justas entre os novos provedores de empréstimos, reduzindo as oportunidades de empréstimos predatórios
Seguro	Contratos convencionais ajustados a perdas indisponíveis e contratos de índice de primeira geração muitas vezes não confiáveis	O sensoriamento remoto pode subscrever contratos de índice confiáveis com erros de detecção de perda menos difundidos	Incentivar o desenvolvimento e a implantação de contratos de índice confiáveis por meio de padrões de qualidade

Fonte: Benami, E. & Carter, R. C. (2021), Can digital technologies reshape rural microfinance? Implications for savings, credit, & insurance.

Em segundo lugar, nos mercados convencionais de empréstimos rurais, a informação sobre o risco de incumprimento do mutuário por parte do endógeno e os fatores exógenos são distribuídos assimetricamente e muitas vezes dispendiosos para os credores cobrarem. Assim, os contratos disponíveis têm requisitos de garantia elevados, limitando o uso do crédito a quem pode e está disposto a cumprir o pré-requisito de garantia. Embora os empréstimos de microfinanciamento de responsabilidade conjunta resolvam parcialmente este problema para os mutuários socialmente bem ligados, ou seja com elevados níveis de confiança, a pontuação do crédito digital mantém a promessa de reduzir os custos de informação e de disponibilizar contratos colaterais mais baixos a mais potenciais mutuários. Por último, os custos da informação podem tornar os contratos convencionais de seguros (que requerem verificação e ajustamento de perdas) financeiramente inviáveis. Os dados digitais da detecção remota prometem a possibilidade de abrir uma nova gama de contratos de seguro fiáveis e de baixo custo para os residentes rurais de baixa riqueza, melhorando a correspondência de um determinado índice com as perdas subjacentes sofridas pelo segurado (Benami, & Carter, 2021; Rodrigues, 2021).

Em Moçambique, o Índice de Inclusão Financeira (IIF) global calculado pelo BM situou-se em 12,76 pontos, em 2021, contra os 13,93 pontos registados em 2020, refletindo uma redução de 1,2 pontos. Esta queda resulta, fundamentalmente, da redução dos pontos de acesso (agências bancárias, microbancos e cooperativas de crédito, agentes bancários, ATM e POS), com especial enfoque na cidade de Maputo, bem como da retração da atividade económica ao longo do período em análise (efeito COVID-19). O IIF, ao nível das províncias, continua, ainda assim, maior na cidade de Maputo (82,69 pontos), seguido da província de Inhambane (10,36 pontos) e Maputo (9,95 pontos). Os

níveis mais baixos observam-se nas províncias da Zambézia (2,84 pontos) e Niassa (3,67 pontos) (Banco de Moçambique, 2021, pp. 5).

## 6 CONCLUSÃO

As novas tecnologias têm contribuído para a redução de custos, principalmente para pagamentos de pequena escala ou direcionadas a áreas rurais. No entanto, a chave para expandir o acesso às remessas tem sido as maneiras pelas quais essas novas redes digitais se cruzam com as economias de compartilhamento informal, ou seja, com redes sociais suportadas na família e na confiança.

Seguimos a sugestão de Langley e Leyshon (2017) para estudar plataformas como "intermediários de infraestrutura", determinados por elementos materiais e socioculturais, e ampliamos sua aplicação para incluir as economias com frágeis níveis de desenvolvimento com seus remetentes e destinatários de remessas de baixa renda. Observamos que vários intermediários sociais e humanos nas ecologias relacionais locais são elementos importantes nas infraestruturas das plataformas. Os ecossistemas de inovação que surgiram em torno das moedas móveis e digitais baseiam-se no conhecimento e nos padrões indígenas de gestão de recursos, práticas monetárias culturais e valores de parentesco. Atores como M-Pesa introduzem novas práticas de troca (monetização da economia), poupança individual e crédito no reportório financeiro das pessoas.

As plataformas de dinheiro móvel são, por sua vez, impactadas pela sociabilidade da dívida nas comunidades locais, tornando-se parte da expansão das redes de mutualidade. Os participantes de redes de remessas tendem a recorrer ao setor informal para gerenciar o risco e a incerteza da primeira e da última milha de trilhos de pagamento baseados em sistemas digitais; as suas práticas em evolução servem para mediar, transformar e utilizar, em parceria, as infraestruturas e os sistemas. Para compreender esses fenômenos, argumentamos, deve-se prestar atenção à interação da pragmática monetária local e as novas tecnologias e redes à escala global.

O acesso de todos os segmentos da sociedade a serviços financeiros acessíveis é uma grande preocupação das autoridades públicas das nações africanas e Moçambique não é exceção. O impacto negativo dos sistemas bancários pouco profundos de África no desenvolvimento económico é amplamente reconhecido e, em particular, foi demonstrado em vários estudos que as empresas mais pequenas, que representam a grande maioria das empresas das nações da África Subsariana, são impactadas negativamente em maior grau do que as grandes empresas (Lashitew, van Tulder & Muche, 2019).

O surgimento de infraestruturas alternativas de remessas reduziu o custo das remessas e dos pagamentos e ajudou a reforçar as redes sociais e de parentesco que ligam as diásporas aos seus países de origem. Os trilhos de pagamentos e de remessas foram formados pelas oportunidades oferecidas pelas novas tecnologias digitais e pela criatividade dos inovadores locais em adaptar essas oportunidades às redes e práticas existentes. As plataformas digitais, por sua vez, fornecem as conjunturas que, em alguns casos, permitiram que os inovadores locais desenvolverem infraestruturas em complemento ao sistema financeiro incumbente, focado em investimentos em grande escala em tecnologia e ramos.

As plataformas surgiram como novas interfaces para negociar valor e buscar "ganhos marginais" (Guyer, 2004), fundamentais para as atividades diárias das pessoas e práticas de gestão de dinheiro, enquanto também conectam as populações de baixa renda às circulações financeiras nacionais e globais.

A revolução digital em curso e a ascensão de comunidades socialmente excluídas do sistema financeiro incumbente através de instrumentos tecnológicos universais e de fácil difusão apresentam a possibilidade de um afastamento radical do modelo tradicional de troca monetária.

A conversibilidade entre instrumentos monetários e a interoperabilidade entre plataformas serão cruciais para reduzir as barreiras ao comércio e promover a concorrência. As moedas digitais podem também provocar uma reviravolta no sistema monetário internacional: países que estão em termos sociais ou digitais integrados com os seus vizinhos podem enfrentar uma "moeda digital", e a

prevalência de plataformas sistematicamente importantes pode levar ao surgimento de áreas de moeda digital que transcendem as fronteiras nacionais (Carvalho, 2019).

A rutura digital nas sociedades em desenvolvimento muitas vezes depende da integração social das plataformas e trilhos de pagamento, destacando a importância da confiança no alcance e operação dos sistemas de pagamento. Redes e grupos informais de apoio mútuo, bem como outros intermediários financeiros - agiotas alternativos, hawaladars, lojas de varejo e agiotas - surgiram assim como parceiros essenciais em sistemas de remessa digital. Uma perspectiva mais ampla que considera os aspetos espaciais, relacionais e temporais dessas formações, portanto, facilita uma melhor compreensão de suas dinâmicas de base, transfronteiriças e globais, e suas implicações para o poder e a desigualdade (Rodima-Taylor & Grimes, 2019; Dai, 2022).

## 6.1 Limitações e sugestões para investigação

Esses desenvolvimentos colocam questões sobre a evolução do espaço global de pagamentos em direção a modelos mais participativos. A expansão de novas plataformas baseadas em tecnologia no espaço de remessas substituirá os atores locais ao longo do tempo? Ou será que as infraestruturas de remessa digital que canalizam os pagamentos afetivos baseados na confiança podem facilitar o surgimento de sistemas financeiros mais participativos?

Contribuição do autor: Rui Moreira de Carvalho elaborou o texto e coordenou as investigações. Joaquim Tobias Dai ajustou o texto para o seu trabalho de suporte à defesa das provas de mestrado. Moisés Inguane está a desenvolver a investigação focada em Moçambique. Marta Coelho está a desenvolver o seu trabalho de investigação focada em Portugal. Manuel Matias está a desenvolver o seu trabalho de investigação focada em Portugal. Todos os autores contribuíram de modo adequado nas diferentes tarefas para completar a análise e elaborar o artigo

## 7 BIBLIOGRAFIA

- Agur, Itai, Soledad Martinez Peria, and Celine Rochon. 2020. "Digital Financial Services and the Pandemic: Opportunities and Risks for Emerging and Developing Economies." Special Series on COVID-19, Monetary and Capital Markets Department, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Akouwerabou, L. (2020). Les difficultés d'accès au financement: Le cas des femmes entrepreneurs burkinabè. *Revue Africaine De Management*, 5(2), 37–57. <https://revues.imist.ma/index.php/RAM/article/view/18515>.
- Allen, F., Demirciguc-Kunt, A., Klapper, L., & Martinez Peria, M. S. (2016). The foundations of financial inclusion: Understanding ownership and use of formal accounts. *Journal of Financial Intermediation*, 27(2016), 1–30. <https://doi.org/10.1016/j.jfi.2015.12.003>
- Altamirano, M., & van Beers, C. (2018). Frugal innovations in technological and institutional infrastructure: Impact of mobile phone technology on productivity, public service provision, and inclusiveness. *The European Journal of Development Research*, 30(1), 84–107. doi:10.1057/s41287-017-0115-2
- Amin, Mohammad, and Domenico Viganola. 2021. "Does Better Access to Finance Help Firms Deal with the COVID-19 Pandemic? Evidence from Firm-Level Survey Data." Policy Research Working Paper 9697, World Bank, Washington, DC.
- Ayyagari, Meghana, Thorsten Beck, and Asli Demirciguc-Kunt. 2003. "Small and Medium Enterprises across the Globe: A New Database." Policy Research Working Paper 3127, World Bank, Washington, DC.
- Bakhtiari, Sasan, Robert Breunig, Lisa Magnani, and Jacquelyn Zhang. 2020. "Financial Constraints and Small and Medium Enterprises." IZA Discussion Paper 12936, Institute of Labor Economics, Bonn, Germany.
- Banco de Moçambique. (2021). Relatório de Inclusão Financeira 2021. [Banco de Moçambique\\_pt\\_932\\_Relatório de Inclusão Financeira\\_2021\\_PT.pdf](#)
- Beck, T., Demirciguc-Kunt, A., & Levine, R. (2007). Finance, inequality and the poor. *Journal of Economic Growth*, 12(1), 27–49. <https://doi.org/10.1007/s10887-007-9010-6>

- Benami, E., & Carter, M. R. (2021). Can digital technologies reshape rural microfinance? Implications for savings, credit, & insurance. *Applied Economic Perspectives and Policy*, 43(4), 1196–1220. <https://doi.org/10.1002/aepp.13151>
- Bharadwaj, Prashant, and Tavneet Suri. 2020. "Improving Financial Inclusion through Digital Savings and Credit." *AEA Papers and Proceedings* 110 (May): 584–88.
- Bharadwaj, Prashant, William Jack, and Tavneet Suri. 2019. "Fintech and Household Resilience to Shocks: Evidence from Digital Loans in Kenya." NBER Working Paper 25604, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Breza, Emily, and Cynthia Kinnan. 2021. "Measuring the Equilibrium Impacts of Credit: Evidence from the Indian Microfinance Crisis." *Quarterly Journal of Economics* 136 (3): 1447–97.
- Caldwell, N. D., Roehrich, J. K., & George, G. (2017). Social value creation and relational coordination in public-private collaborations. *Journal of Management Studies*, 54, 906–928.
- Carter, M., De Janvry, A., Sadoulet, E., & Sarris, A. (2017). Index Insurance for Developing Country Agriculture: A Reassessment. *Annual Review of Resource Economics*, 9(May), 421–438. <https://doi.org/10.1146/annurev-resource-100516-053352>
- Carvalho, R. M (2022) *Deveres da Corporate Governance, Representação das partes interessadas no Conselho de Administração*, Lisboa, Editora Lidel
- Carvalho, R. M. de. (2019). *Dilema das Alianças - Defesa do Humanismo na Era da Inteligência Artificial*. Editora Lidel.
- Carvalho, R., Vieira, C. & Soares, I. (2020). Mobile Money como instrumento de desenvolvimento rural no norte de Moçambique. Conferência Virtual A Transformação Digital e Tecnologias em Tempo de Pandemia. *Revista da UI\_IPSantarém. Edição Temática: Ciências Exatas e Engenharias*. 8(4), 7-26. <https://revistas.rcaap.pt/uiips/>
- Chodorow-Reich, Gabriel. 2014. "The Employment Effects of Credit Market Disruptions: Firm-Level Evidence from the 2008–9 Financial Crisis." *Quarterly Journal of Economics* 129 (1): 1–59.
- Collins, Daryl, Jonathan Morduch, Stuart Rutherford, and Orlanda Ruthven. 2009. *Portfolios of the Poor: How the World's Poor Live on \$2 a Day*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Cook, W., & McKay, C. (2017). *Banking in the M-Pesa age*, CGAP, Working Paper.
- Dahan, N. M., Doh, J. P., Oetzel, J., & Yaziji, M. (2010). Corporate-NGO collaboration: Co-creating new business models for developing markets. *Long Range Planning*, 43, 326–342.
- Dai, J. Tobias (2022) *Trilhos digitais para o desenvolvimento em Moçambique (Tese de Mestrado, Instituto Superior de Gestão, Lisboa)*.
- Dembek, K., Sivasubramaniam, N., & Chmielewski, D. A. (2019). A systematic review of the bottom/base of the pyramid literature: Cumulative evidence and future directions. *Journal of Business Ethics*, 165, 365–382.
- Demirguc-Kunt, A., Klapper, L., Singer, D. & Ansar, S. (2018), *Measuring financial inclusion and fintech revolution in The Global Findex Database 2021*, World Bank Publications [https://scholar.google.pt/citations?view\\_op=view\\_citation&hl=pt-PT&user=Y77BCFMAAAAJ&citation\\_for\\_view=Y77BCFMAAAAJ:4TOpqqG69KYC](https://scholar.google.pt/citations?view_op=view_citation&hl=pt-PT&user=Y77BCFMAAAAJ&citation_for_view=Y77BCFMAAAAJ:4TOpqqG69KYC)
- Demirgüç-Kunt, Asli, Leora F. Klapper, Dorothe Singer, Saniya Ansar, and Jake Hess. (2018). *The Global Findex Database 2017: Measuring Financial Inclusion and the Fintech Revolution*. Washington, DC: World Bank. <https://doi.org/10.1596/978-1-4648-1259-0>.
- Donovan, K. (2012). Mobile money for financial inclusion. *Information and Communications for Development*, 61, 61–73.
- El-Zoghbi, Mayada, Nina Holle, and Matthew Soursourian. 2019. "Emerging Evidence on Financial Inclusion: Moving from Black and White to Color." CGAP Focus Note, Consultative Group to Assist the Poor, Washington, DC. <https://www.cgap.org/research/publication/emerging-evidence-financial-inclusion>.
- FinScope. (2020). *Inquérito ao Consumidor Finscope: Moçambique 2019*.

- Freudenreich, B., Lüdeke-Freund, F., & Schaltegger, S. (2019). A stakeholder theory perspective on business models: Value creation for sustainability. *Journal of Business Ethics*, 116, 3–18.
- FSDMo. (2016). *Analysis of Rural Financial Inclusion*.
- Gentilini, Ugo, Mohamed Almenfi, Ian Orton, and Pamela Dale. 2020. *Social Protection and Jobs Responses to COVID-19: A Real-Time Review of Country Measures*. Washington, DC: World Bank. <https://socialprotection.org/discover/publications/social-protection-and-jobs-responses-covid-19-real-time-review-country>.
- George, G., McGahan, A. M., & Prabhu, J. (2012). Innovation for inclusive growth: Towards a theoretical framework and a research agenda. *Journal of Management Studies*, 49, 661–683.
- Global Findex Data Base (2021), *Financial Inclusion, Digital Payments, and Resilience in the Age of COVID-19*, World Bank Group <https://www.worldbank.org/en/publication/globalindex/Report>
- Gomes, Francisco J., Michael Haliassos, and Tarun Ramadorai. (2020). “Household Finance.” IMFS Working Paper 138, Institute for Monetary and Financial Stability, Goethe University, Frankfurt.
- Guyer, J. (2016). *Legacies, logics, logistics: Essays in the anthropology of platform economy*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Hughes, Nick, and Susie Lonie. 2007. “M-PESA: Mobile Money for the “Unbanked” Turning Cellphones into 24-Hour Tellers in Kenya.” *Innovations: Technology, Governance, Globalization* 2 (1–2): 63–81.
- Jack, W., & Suri, T. (2014). Risk sharing and transactions costs: Evidence from Kenya’s mobile money revolution. In *American Economic Review* (Vol. 104, Issue 1, pp. 183–223). <https://doi.org/10.1257/aer.104.1.183>
- Karlan, Dean S., and Jonathan Zinman. 2010. “Expanding Credit Access: Using Randomized Supply Decisions to Estimate the Impacts.” *Review of Financial Studies* 23 (1): 433–64.
- Karnani, A. (2007). The mirage of marketing to the bottom of the pyramid: How the private sector can help alleviate poverty. *California Management Review*, 49(4), 90–111.
- Kast, Felipe, Stephan Meier, and Dina Pomeranz. 2018. “Saving More in Groups: Field Experimental Evidence from Chile.” *Journal of Development Economics* 133 (July): 275–94.
- Kimenyi, Mwangi S., and Njuguna S. Ndung’u (2009). *Expanding the Financial Services Frontier: Lessons from Mobile Phone Banking in Kenya*. Washington, DC: The Brookings Institute.
- Langley, P., & Leyshon, A. (2017). Platform capitalism: The intermediation and capitalization of digital economic circulation. *Finance and Society*, 2(1), 11–31.
- Lashitew, A. A., van Tulder, R. & Lukas Muche (2020). Social Value Creation in Institutional Voids: A Business Model Perspective, *Business & Society* 1–46
- Lashitew, A. A., van Tulder, R., & Liasse, Y. (2019). Mobile phones for financial inclusion: What explains the diffusion of mobile money innovations? *Research Policy*, 48(5), 1201–1215. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2018.12.010>
- Lim, K. Y. (2019). Modelling the dynamics of corruption and unemployment with heterogeneous labour. *Economic Modelling*, 79, 98–117. <https://doi.org/10.1016/j.econmod.2018.10.004>
- London, T., & Hart, S. L. (2004). Reinventing strategies for emerging markets: Beyond the transnational model. *Journal of International Business Studies*, 35, 350–370.
- Lund, Susan, Olivia White, and Jason Lamb. 2017. “The Value of Digitalizing Government Payments in Developing Economies.” In *Digital Revolutions in Public Finance*, edited by Sanjeev Gupta, Michael Keen, Alpa Shah, and Geneviève Verdier, 305–23. Washington, DC: International Monetary Fund.
- Mahler, Daniel Gerszon, Nishant Yonzan, Christoph Lakner, Raul Andrés Castañeda Aguilar, and Haoyu Wu. 2021. “Updated Estimates of the Impact of COVID-19 on Global Poverty: Turning the Corner on the Pandemic in 2021?” *World Bank Blogs: Data Blogs*, June 24, 2021. <https://blogs.worldbank.org/opendata/updated-estimates-impact-covid-19-global-poverty-turning-corner-pandemic-2021>.

- Mavhunga, C. (Ed.). (2017). *What Do Science, Technology, and Innovation Mean from Africa?* Cambridge, MA: The MIT Press.
- Morse, Adair. 2011. "Payday Lenders: Heroes or Villains?" *Journal of Financial Economics* 102 (1): 28–44.
- Nahi, T. (2016). Cocreation at the base of the pyramid: Reviewing and organizing the diverse conceptualizations. *Organization & Environment*, 29, 416–437.
- Nambisan S, Lyytinen K, Majchrzak A, Song M (2017) Digital innovation management: Reinventing innovation management research in a digital world. *Management Inform. Systems Quart.* 41(1):223–238.
- Nanziri, E. (2015). Financial inclusion and welfare in post-apartheid South Africa. *African Economic Research Consortium*.  
<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=a9h&AN=121256426&site=ehost-live&scope=site>
- Ndung'u, N. (2018). The M-Pesa technological revolution for financial services in Kenya: A platform for financial inclusion. In D. Lee (Ed.), *Handbook of blockchain, digital finance, and inclusion*. Cambridge, MA: Elsevier, Academic Press.
- Ngono, J. F. L. (2021). Financing women's entrepreneurship in Sub-Saharan Africa: bank, microfinance and mobile money. *Labor History*, 62(1), 59–73. <https://doi.org/10.1080/0023656X.2020.1851666>
- Ochieng, L. (2016, April 27). M-Pesa reports 27 pc jump in global users to 25 million. *Daily Nation*
- OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development). 2020. *Financing SMEs and Entrepreneurs 2020: An OECD Scorecard*. Paris: OECD. <https://doi.org/10.1787/061fe03d-en>.
- Onsongo, E. (2019) Institutional entrepreneurship and social innovation at the base of the pyramid: the case of M-Pesa in Kenya, *Industry and Innovation*, 26:4, 369-390, DOI: 10.1080/13662716.2017.1409104
- Porter, M. E., & Kramer, M. R. (2011). Creating shared value. *Harvard Business Review*, 89(1–2), 62–77.
- Prina, S. (2015). Banking the poor via savings accounts: Evidence from a field experiment. In *Journal of Development Economics* (Vol. 115, pp. 16–31). <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2015.01.004>
- Radcliffe, D., and R. Voorhies. 2012. "A Digital Pathway to Financial Inclusion." (December 11, 2012). Available at: <https://ssrn.com/abstract=2186926>
- Riley, E. (2018). Mobile money and risk sharing against village shocks. *Journal of Development Economics*, 135 (May), 43–58. <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2018.06.015>
- Rivera-Santos, M., Rufin, C., & Kolk, A. (2012). Bridging the institutional divide: Partnerships in subsistence markets. *Journal of Business Research*, 65, 1721–1727.
- Rodima-Taylor, D. & William W. Grimes, W. W. (2019): International remittance rails as infrastructures: embeddedness, innovation and financial access in developing economies, *Review of International Political Economy*, DOI: 10.1080/09692290.2019.1607766
- Rodima-Taylor, D., & Grimes, W. (2019). Virtualizing diaspora: Blockchain technologies in the new transnational space. *Global Networks*. doi:10.1111/glob.12221
- Rodrigues, R. (2022), *Mobile Money no Apoio ao Desenvolvimento em Moçambique*, tese de mestrado, ISG.
- Rutten, M., & Mwangi, M. (2012). Mobile cash for nomadic livestock keepers. In J. Gevald (Ed.), *Transforming innovations in Africa*. Leiden: Brill.
- Sanchez, P., & Ricart, J. E. (2010). Business model innovation and sources of value creation in low-income markets. *European Management Review*, 7, 138–154.
- Vardoulakis, Alexandros P. 2020. "Designing a Main Street Lending Facility." *Finance and Economics Discussion Series 2020-052*, Board of Governors of the Federal Reserve System, Washington, DC. <https://doi.org/10.17016/FEDS.2020.052>.
- Vodafone, 2006. "Vodafone Group Plc Annual Report 2006". [https://www.vodafone.com/content/dam/vodafone/investors/annual\\_reports/annual\\_report\\_accounts\\_2006.pdf](https://www.vodafone.com/content/dam/vodafone/investors/annual_reports/annual_report_accounts_2006.pdf).
- Vodafone, 2007. "Vodafone Group Plc Annual Report 2007." [https://www.vodafone.com/content/dam/vodafone/investors/annual\\_reports/annual\\_report\\_accounts\\_2007.pdf](https://www.vodafone.com/content/dam/vodafone/investors/annual_reports/annual_report_accounts_2007.pdf).

- World Bank Group. (2017a). Tanzania economic update (9th ed.). Washington, DC: World Bank. World Bank Group. (2017b). Distributed ledger technology (DLT) and blockchain, FinTech note no. 1. Washington, DC: World Bank Group
- World Bank. (2017). The Global Findex Database 2017 - Measuring Financial Inclusion and the Fintech Revolution. [https://globalfindex.worldbank.org/sites/globalfindex/files/2018-04/2017\\_Findex\\_full\\_report\\_0.pdf](https://globalfindex.worldbank.org/sites/globalfindex/files/2018-04/2017_Findex_full_report_0.pdf)
- World Bank. (2018). Moçambique: Avaliação da Pobreza - Crescimento Forte, mas Não Partilhado. The World Bank.
- World Bank. (2020). World Development Indicators. <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>.
- World Bank. (2022). World Development Indicators. <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>
- Yang, M., Evans, S., Vladimirova, D., & Rana, P. (2017). Value uncaptured perspective for sustainable business model innovation. *Journal of Cleaner Production*, 140, 1794–1804.
- Yoo Y, Boland RJ, Lyytinen K, Majchrzak A (2012) Organizing for innovation in the digitized world. *Organ. Sci.* 23(5):1398–1408.
- Zins, A., & Weill, L. (2016). The determinants of financial inclusion in Africa. *Review of Development Finance*, 6(1), 46–57. <https://doi.org/10.1016/j.rdf.2016.05.001>